



ATA NÚMERO 09/2013

1 AOs cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, com início às quatorze horas,
2 na Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão ordinária
3 do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e
4 presidida pelo Professor **Mauro Augusto Burkert Del Pino**, Magnífico Reitor, com a
5 participação dos seguintes conselheiros: **Carlos Rogério Mauch**, Vice-Reitor; **Antonio Carlos**
6 **de Freitas Cleff**, Pró-Reitor de Administração; **Gilson Simões Porciúncula**, Pró-Reitor de
7 Infraestrutura; **Romerio Jair Kunrath**, representante da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis;
8 **Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha**, representando o Pró-Reitor de Extensão e Cultura;
9 **Morgana Riva**, representando o Pró-Reitor de Gestão de Recursos Humanos; **Fabiane Tejada**
10 **da Silveira**, Pró-Reitora de Graduação; **Denise Petrucci Gigante**, Pró-Reitora de Pesquisa e
11 Pós-Graduação; **Luiz Osório Rocha dos Santos**, Pró-Reitor de Planejamento e
12 Desenvolvimento; **José Francisco Gomes Schild**, Diretor da Escola Superior de Educação
13 Física; **Edar da Silva Añaña**, Diretor da Faculdade de Administração e Turismo; **Eduardo**
14 **Gonçalves Xavier**, Diretor Pró-Tempore da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Eduardo**
15 **Grala da Cunha**, Vice-Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Alexandre**
16 **Fernandes Gastal**, Diretor da Faculdade de Direito; **Lúcia Maria Vaz Peres**, Diretora da
17 Faculdade de Educação; **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de Enfermagem e
18 Obstetrícia; **Vera Maria Freitas da Silveira**, Diretora da Faculdade de Medicina, **Fabírico**
19 **Pereira Harter**, Vice-Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Márcia Rúbia Duarte**
20 **Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Márcia Bueno Pinto**, Diretora da Faculdade
21 de Odontologia; **Everton Fagonde da Silva**, Vice-Diretor da Faculdade de Veterinária; **Flavio**
22 **Roberto Mello Garcia**, Vice-Diretor do Instituto de Biologia; **Sidney Gonçalves Vieira**,
23 Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Victor Paulo Barros Gonçalves**, Diretor do
24 Instituto de Física e Matemática; **Álvaro Augusto Borba Barreto**, Diretor do Instituto de
25 Filosofia, Sociologia e Política; **Rui Carlos Zambiasi**, Diretor do Centro de Ciências
26 Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; **Odir Antônio Dellagostin**, Diretor do Centro de
27 Desenvolvimento Tecnológico; **Luiz Alberto Brettas**, Diretor Pró-Tempore do Centro de
28 Educação a Distância; **Claudio Manoel Cunha Duarte**, Diretor do Centro das Engenharias;
29 **Jabr Hussein Deeb Haj Omar**, Diretor do Centro de Integração do MERCOSUL; **Luis Isaias**
30 **Centeno do Amaral**, Diretor do Centro de Letras e Comunicação; **Iná da Silva dos Santos**,
31 representante dos Professores Titulares; **Paulo Bretanha Ribeiro**, representante dos
32 Professores Titulares; **Denise Marcos Bussolatti**, representante dos Professores Associados;
33 **Fábio Vergara Cerqueira**, representante dos Professores Associados; **Pedro Rodrigues Curi**
34 **Hallal**, representante dos Professores Adjuntos; **Willian Silva Barros**, representante dos
35 Professores Adjuntos; **Celeste dos Santos Pereira**, representante dos Professores Assistentes;
36 **Vanessa Caldeira Leite**, representante dos Professores Assistentes; **Sérgio da Silva Cava**,
37 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Leo Peixoto Rodrigues**,
38 representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Inezita Silveira da Costa**,
39 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Edgar Ávila Gandra**, suplente da
40 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Márcia Foster Mesko**,
41 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Estela Oliari Garcez**, representante
42 dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Alejandro Martins**, representante dos
43 Coordenadores de Cursos de Graduação; **Elizabeth Helbig**, representante do COCEPE; **José**
44 **Luiz de Pellegrin**, representante do COCEPE; **Eduardo Algayer Osório**, representante
45 Comunitário; **Marcio Andre Facin**, suplente da representante Comunitária; **Andrew Andrade**
46 **Valadão**, **Laura dos Santos Moschoutis**, **André Mariano** (suplente), **Luis Alexandre Alves**,
47 representantes discentes; **Ari Dalvo Rösler Carré**, **Willi Wetzel Jr.**, **Vilson Borba Pinto**,
48 **João Paulo Voltan Adamoli**, **Gilmara Anderson Timm** (suplente), **Maria Tereza Tavares**

At.



49 **Fuji, Liliane Griep**, representantes dos Técnicos Administrativos. Não compareceram os
50 conselheiros: **Úrsula Rosa da Silva**, Diretora do Centro de Artes; **Carolina Ziebell Carpena**,
51 representante dos Professores Auxiliares, por estar em férias; **Paulo Fernando do Couto**
52 **Bispo**, representante dos Professores Auxiliares; **Rafael Vetromille de Castro**, representante
53 dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Mário Renato de Azevedo Júnior**,
54 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Carlos Mário Almeida dos Santos**,
55 representante Comunitário; **Daniel José Filizola de Oliveira**, **Jonathan Costa da Silva** e **Luiz**
56 **Ricardo Goulart Huttner**, representantes discentes. Constatada a existência de quorum, o
57 senhor presidente deu início à reunião cumprimentando os novos conselheiros, representantes
58 discentes e técnico-administrativos. A seguir colocou em votação a aprovação da pauta, que foi
59 aprovada por unanimidade. Passou a seguir à análise da pauta. **Item 01 – INFORMES: 1)** Disse
60 que havia ficado pendente um informe na reunião anterior, solicitado pela conselheira Celeste
61 referente à criação do Curso de Terapia Ocupacional na forma “ad referendum”. **2)** Criação do
62 Curso de Bacharelado em Música Popular da mesma forma que o anterior. Solicitou ao
63 conselheiro Julio Mattos que apresentasse a informação sobre os dois temas anteriores. O
64 conselheiro relatou que na verdade estas Portarias, que incluem o curso de Gestão Ambiental –
65 Pelotas, foram feitas por solicitações do Procurador Institucional, tendo em vista que este é
66 responsável pela regulação dos cursos de graduação. Regulação significa que era necessário
67 comunicar em alguns casos ou pedir criação de cursos e posteriormente solicitar o
68 reconhecimento desses cursos e também instruir os processos de renovação de reconhecimento
69 de cursos. Desde sua chegada na Procuradoria vários cursos possuíam problemas de regulação.
70 Haviam pedidos de reconhecimento fora do prazo, cursos que nem mesmo eram autorizados e
71 não constavam no cadastro do E-MEC como curso da UFPel. Disse que estavam procurando
72 colocar em dia todos os cursos junto ao E-MEC. Disse que alguns cursos antigos estavam sem
73 portaria de criação e por isso não tiveram como dar ingresso ao processo junto ao E-MEC. Por
74 não possuírem um “ato legal” que é a Portaria, tiveram que redigi-la para regulamentar estes
75 cursos. Disse que foi pedida a emissão “ad referendum” do Reitor porque havia urgência. Eram
76 cursos que estavam de fato sendo ministrados, mas não haviam sido criados na Instituição.
77 Estes cursos haviam chegado ao seu setor e precisavam ser resolvidos respeitando os prazos, e
78 foram regularizados. Dando sequência à reunião, o senhor presidente passou ao **Item 02:**
79 Aprovação das Atas 01, 07, e 08/2013. O senhor presidente fez o comentário sobre a ata 01,
80 dizendo que na reunião de 25 de janeiro havia sido constatado que não havia a composição de
81 70% docente e não pôde ser seguida em caráter deliberativo. Foi feita consulta à Procuradoria
82 Jurídica e o Procurador emitiu parecer que fosse feito o registro da sessão através de ata até o
83 momento da constatação. Atendido o encaminhamento do Procurador, a ata foi redigida e
84 apresentada ao Conselho para análise. Ata 01: Não havendo manifestações a ata foi colocada
85 em regime de votação, sendo aprovada, com abstenções. Ata 07: Não havendo manifestações, o
86 senhor presidente colocou a ata em regime de votação, que foi aprovada por maioria. Ata 08:
87 Também sem manifestações, foi colocada em regime de votação, que foi aprovada com
88 abstenções. A seguir passou ao **Item 03: Portaria nº 1.853, de 26 de agosto de 2013 – Criação**
89 **do Curso de Bacharelado em Música – Música Popular (Homologar “ad referendum”)**.
90 Aprovada a criação, com quatro (04) abstenções. De pronto passou ao **Item 04: Processo nº**
91 **23110.005227/2013-22 do CCQFA – Regimento Interno do Centro**. Por sugestão do
92 conselheiro Rui Zambiasi o processo foi enviado ao CCQFA para adequação, conforme parecer
93 da CLN. **Item 05: Processo nº 23110.010013/2012-97 do IFISP – Criação de Curso de**
94 **Licenciatura Plena em Filosofia na Modalidade de Educação a Distância**. Por solicitação do
95 conselheiro Alvaro Barreto o processo foi retirado de pauta. **Item 06: Processo nº**
96 **23110.004889/2013-85 do GR – Proposta do Regimento da Comissão Própria de Avaliação –**
97 **CPA**. O processo foi encaminhado à CPA, para adequações. **Item 07: Processo nº**
98 **23110.004925/2013-19 da CPA – Apresentação de detalhamento sobre ações desenvolvidas**.
99 Da mesma forma que o anterior, o processo foi encaminhado à CPA, para adequações. **Item 08:**
100 **Alteração Regimental: Extinção do Centro de Educação a Distância – CEAD e criação da**
101 **Coordenação de Programas de Educação a Distância – CPED**. O senhor presidente disse que



102 havia recebido dois pedidos de colegas que solicitavam espaço junto ao Conselho para
103 apresentarem sua posição sobre esse tema. Sugeriu que fosse feita a leitura da Minuta de
104 Resolução; fossem prestados os esclarecimentos ao Conselho e, se fosse aprovada a fala dos
105 requerentes, seria feita a escuta e após passariam ao debate. Lembrou que em campanha havia
106 sido manifestada a interação dos cursos de graduação e pós-graduação que se encontravam no
107 CEAD para as Unidades Acadêmicas afins, como forma de implementarem uma concepção
108 diferenciada no que dizia respeito à Educação a Distância. Com isso, após assumirem a
109 Administração, fizeram um conjunto de ações visando a complementação para que trouxessem
110 o tema ao Conselho, devidamente encaminhado. Houve relato dos encaminhamentos na reunião
111 de vinte e três de maio, quando apresentara a nova estrutura administrativa a Universidade e
112 naquele momento havia tido um parecer da CLN, no entendimento de que havia um conflito
113 entre a criação da Coordenadoria do Programa de Educação a Distância – CPED com a
114 existência do Centro de Educação a Distância - CEAD, no que pesava esta Coordenadoria, que
115 havia sido proposta à época, pois ela teria um caráter mais administrativo e o CEAD tinha uma
116 natureza de Unidade Acadêmica. O encaminhamento da CLN havia sido acatado e foram feitas
117 algumas discussões de onde foi preparada uma Minuta de Resolução, para atender àquele
118 parecer da CLN. Acrescentou os encaminhamentos que haviam sido feitos junto ao CEAD, para
119 tratar deste tema: Em vinte de março houve reunião com a Direção do CEAD. Em treze de
120 maio houve reunião com a Direção do CEAD e todos os Coordenadores de Cursos, para tratar
121 da temática, onde ficou encaminhado que fariam uma reunião de trabalho com todos os
122 Coordenadores de Cursos de Educação a Distância, o que aconteceu no dia vinte e quatro de
123 maio. Desta reunião foi retirado o encaminhamento de reunir os Diretores das Unidades para
124 onde iriam os Cursos de Educação a Distância, para fazer este debate e instrumentalizá-lo neste
125 sentido, o que aconteceu no dia primeiro de julho. Em três de julho aconteceu outra reunião no
126 CEAD com todos os professores no sentido de encaminhar a discussão efetiva deles com as
127 direções das Unidades Acadêmicas e posteriormente a esta data o Instituto de Física e
128 Matemática - IFM fez reuniões específicas para tratar deste tema, com seus professores e a FaE
129 fez um conjunto de debates e discussões em função deste tema o Diretor do Centro de Letras e
130 Comunicações - CLC reuniu seus professores e fizeram discussões. Da reunião do dia primeiro
131 de julho também compareceu o Professor Sidiney, Diretor do Instituto de Ciências Humanas -
132 ICH. Convidou os Diretores para fazerem seus relatos do resultado das reuniões de suas
133 Unidades. A seguir, leu a Minuta de Resolução proposta. O conselheiro Alexandre Gastal se
134 manifestou dizendo que este assunto de extinção de uma Unidade Acadêmica deveria primeiro
135 ter sido encaminhado à CLN, para análise, visto ser uma alteração no Estatuto da Universidade
136 e também lembrou que se tratava de alteração estatutária dependiam do quorum de dois terços
137 da totalidade dos membros do Conselho. O senhor presidente respondeu que não havia enviado
138 à CLN, por entender o parecer que possibilitaria fazer as alterações do Regimento. O
139 conselheiro Alexandre disse que poderiam ouvir os relatos, debater o assunto, mas não deliberar
140 sobre ele. O senhor presidente sugeriu que escutassem os professores que haviam solicitado
141 defesa de suas posições. O conselheiro Victor Gonçalves disse que a existência do CEAD, já
142 feria o Estatuto no seu artigo primeiro. Feria quando constituía uma Unidade que duplicava
143 áreas dentro da UFPel, visto que o Estatuto veda isto. O conselheiro Paulo Bretanha disse que o
144 item tratava de alteração regimental e o Regimento da UFPel era bem claro, quando dizia que
145 deveria ser tratado em reunião especial e aprovado por dois terços dos conselheiros e o
146 documento deveria ter sido recebido junto com a convocação, o que comprometia a avaliação. O
147 conselheiro Fabio Cerqueira disse que entendia como necessária a presença dos colegas da
148 Unidade que havia sido criada por este Conselho e se sentia constrangido em saber que o
149 destino da Unidade pudesse ser tratado sem a presença de algum professor vinculado a ela.
150 Propôs que com a entrada destes professores à sala, fosse lida novamente a proposta para
151 ciência deles. O conselheiro Fernando Schild sugeriu que acatassem a proposta do conselheiro
152 Alexandre Gastal e no momento oportuno aceitassem a participação de quem havia solicitado.
153 O conselheiro Pedro Hallal sugeriu que dessem um tempo de cinco minutos para cada professor
154 fazer sua exposição, mas o Conselho não discutisse o assunto naquela reunião. O conselheiro

AT.



155 Brettas sugeriu que os dois grupos escolhessem uma pessoas para se manifestar e defender suas
156 posições. A conselheira Lucia disse que gostaria de fazer sua manifestação, colocando as
157 posições retiradas de reunião ocorrida em sua Unidade. O conselheiro Fernando Schild retirou
158 sua proposta. O conselheiro Victor solicitou também se manifestar, visto que o IFM fazia parte
159 do contexto. A conselheira Maria Teresa Fuji sugeriu ouvirem apenas os dois representantes
160 das duas posições em relação à extinção do CEAD, pois os Diretores já teriam oportunidade de
161 se manifestarem na oportunidade em que estariam discutindo o assunto na próxima reunião. O
162 senhor presidente confirmou que ouviriam os dois grupos, as Unidades Acadêmicas e ainda
163 abriria espaço para esclarecimentos, para terem tranquilidade de se posicionar na próxima
164 reunião. Foram concedidos dez minutos para cada grupo se manifestar. Professora Daniela
165 Hoffmann e David Blank falaram sobre suas posições sobre o tema de pauta. Inicialmente a
166 Professora Daniela mostrou como a UFPel era vista fora dela pela Educação a Distância. Disse
167 que o CEAD apresentava uma identidade de EAD em relação à UFPel, porque somos uma das
168 poucas Universidades que tem um Centro de Educação a Distância. Na maioria das
169 Universidades se constitui um Núcleo de EAD, por Núcleos de EAD e Secretarias de EAD. A
170 nossa UFPel é a única que tem um Centro de EAD. Ter uma Unidade dedicada para isso é o
171 diferencial, que não deixa de ser uma propaganda e facilita muito em termos de gestão da EAD,
172 pois as práticas administrativas são muito mais próximas dos cursos em EAD, umas das outras
173 do que para os cursos afins. Chama a atenção também a arquitetura diferenciada que os cursos
174 de EAD têm em relação aos cursos afins presenciais e tem a questão de um fazer pedagógico
175 muito diferenciado entre o EAD e o presencial. Deveriam pensar um pouco, pedagogicamente
176 falando, sobre a questão da duplicação dos cursos e das áreas de conhecimento de que falavam
177 muito, quando se questiona a existência do CEAD e este estar trabalhando com os cursos de
178 Matemática, Pedagogia, Espanhol e Educação do Campo, trabalhando com estes cursos fora de
179 suas Unidades. Confirmou que os cursos são duplicados e pedagogicamente entendia que
180 devem assim o ser, por trabalharem de forma diferenciada com os alunos, pois estes estão
181 distantes dos professores e não era isso a única coisa que diferencia do presencial: a
182 metodologia era diferente, o trabalho também e por isso, para formar um profissional de
183 qualidade no final do trabalho, acabava por ter sim um curso diferenciado. Disse que a
184 duplicação não era ruim e sim necessária. Por esses motivos acreditava que o CEAD não era
185 um peso e sim uma qualidade. A dedicação exclusiva que os professores têm para trabalhar no
186 Centro era um ponto importantíssimo que tinham de ganho dentro do CEAD. São vinte e sete
187 docentes lotados no CEAD e a maioria trabalha exclusivamente com EAD sendo que alguns
188 contribuíam com Unidades Acadêmicas, por entenderem que têm liberdade para isso e
189 trabalham com muito prazer. Os professores de EAD que trabalham apenas com EAD também
190 trabalham com muito prazer, pois eram quarenta horas dedicadas para pensar EAD e fazer dela
191 um trabalho de tanta qualidade quanto o trabalho feito presencialmente. Os cursos têm feito
192 construções interdisciplinares, como Matemática e Pedagogia e Educação do Campo são muito
193 próximos em questões curriculares. Trabalham com eixos pedagógicos e têm propostas
194 diferenciadas bem interessantes. Tem a questão de falarem que o CEAD tem um isolamento em
195 relação ao restante da Universidade e isto não é uma característica que se possa admitir como
196 culpa do Centro. Isso deve ser responsabilidade da Universidade Aberta do Brasil - UAB e da
197 forma como ela está organizada dentro da própria Instituição. Os quatro cursos são mantidos e
198 financiados pela UAB. Temos recursos para principalmente produção de materiais, viagens aos
199 polos de apoio presencial, espalhados em todo o RS e alguns em SC e dois no Paraná, e
200 também para bolsas. Muitas vezes se ouve que os docentes do CEAD são um peso para a
201 Universidade, porque não trabalham com os alunos da Universidade. Isso porque os alunos de
202 EAD não estão na matriz orçamentária da UFPel e os professores são pagos pela Instituição,
203 sendo que os alunos são da UAB. Porém recebem diploma da UFPel. Esse é o fato que os isola
204 e não o fato de estarem em um Centro diferenciado. Não estão tão isolados como parece, pois
205 possuem muitos colegas trabalhando em conjunto. Existem docentes que trabalham como
206 bolsistas do Centro (Curso de Gestão Público, Arquitetura, Centro de Letras, ICH, CA, CEng,
207 FaE, Administração e Turismo, IFM, PRGRH, FN) trabalhando nos cursos de EAD na

AT.



208 qualidade de bolsistas. A UAB e a própria EAD no país como um todo é financiada a partir de
209 bolsistas. A EAD foi criada em cima de bolsas. São centenas de professores que trabalham
210 com o CEAD e se não fosse por eles não poderiam fazer seu trabalho, pois são apenas vinte e
211 sete, sendo que apenas estes últimos têm dedicação exclusiva para a EAD. Podia dizer que
212 trabalha 40 horas com EAD e faz tudo com a maior dedicação possível e é isso que desejam
213 manter. Falou sobre a consulta à Comunidade Acadêmica do CEAD que foi feita e as conversas
214 entre os cursos e as Unidades. A consulta foi organizada e no mesmo momento foi suspensa
215 pela Reitoria. Receberam um memorando de regulamentação que proibia a utilização do
216 ambiente acadêmico para fazer a divulgação da consulta. Como não tinham meios de contato
217 normais para tratar com os alunos, fizeram uso de outros meios para fazer a divulgação e por
218 esse motivo tiveram menos da metade dos polos para a votação e tiveram 532 votos, sendo que
219 506 favoráveis e 26 contrários entre docentes, técnico administrativos e discentes. A chapa
220 única foi aceita e o Conselho da Unidade validou esta consulta, que foi enviada para a /reitoria
221 que não deu resposta e logo a seguir foi apresentado outro Diretor indicado. A partir daí foram
222 feitas várias conversas com a Reitoria através de todos os cursos, informando do desejo de
223 permanecer no CEAD e a resposta sempre foi a de que os docentes seriam remanejados para
224 outras Unidades. A seguir o Professor David Blanc fez sua manifestação, dizendo que não
225 estava ali na condição de Diretor ou Coordenador e sim, representando os interesses de um
226 grande grupo de professores, que quer poder exercer sua profissão na sua plenitude e isso lhes
227 era vedado dentro do CEAD. Era uma questão até de misericórdia refletirem sobre as condições
228 de trabalho no CEAD, que foram causadas não apenas pela administração anterior, mas também
229 pela impossibilidade de diálogo entre os colegas, que não sabem dialogar e se apoderaram das
230 instâncias superiores da Unidade e se arrogam o direito de falar por todos, quando na verdade
231 existe um grande grupo de professores, haviam reunido pelo menos dez assinaturas de docentes
232 em um documento protocolado na SCS, mas tinham outros inúmeros docentes que não
233 quiseram se comprometer, mas já haviam pedido transferência e acreditava que os Diretores
234 tivessem conhecimento desses pedidos. Tinham pelo menos seis professores que já foram
235 removidos do Centro. Pelo Menos cinco técnico-administrativos que já foram removidos.
236 Quase todos na administração anterior. Isso quer dizer que dá para ver que o discurso de que
237 está tudo tranquilo e todos querem ficar ou que a EAD muito bela parece não corresponder à
238 realidade. Fazendo uma retrospectiva poderiam ver que em 2010/2009 quando entraram os
239 docentes da Pedagogia havia acontecido uma debandada geral de pessoas que haviam ficado no
240 “limbo”, pois não tinham sequer um curso a que se ligar para trabalhar. Não sabia o que havia
241 acontecido com elas, mas sabia que muitos não tinham tranquilidade para exercer sua profissão.
242 Perguntou por que várias pessoas que fizeram concurso de retiraram em tamanho número? As
243 relações de poder eram muito complexas dentro daquela Unidade, pois não existia espaço para
244 o diálogo. Tiveram vários pedidos de convocações para o CD que não haviam sido atendidos e
245 várias vezes tiveram o projeto de estágio de intervenção para os alunos atrasado ou retardado
246 em função justamente por esta falta de convocações para análise por parte do Conselho da
247 Unidade. Em 2010 já haviam alertado para o fato da necessidade de apresentar o RAAD.
248 Apenas em 2011, quando o Professor Manoel Brenner de Moraes, ainda na condição de Vice-
249 Reitor, recebeu o pedido se prontificando para fazer uma reunião com o Professor Francisco
250 Del Pino e conseguirem enviar o relatório de todos os docentes, que era um pedido constante.
251 Para o estágio probatório docente haviam sido feitas duas Bancas Avaliadoras, que de maneira
252 irregular, a segunda se encontrava impugnada na justiça, pois uma colega havia impetrado
253 recurso junto ao Ministério Público, havendo uma sucessão de problemas. Inclusive um
254 trabalho de pesquisa de uma colega não havia sido encaminhado ao COCEPE, pois não era de
255 interesse de algumas pessoas, da Direção e da Coordenação do Curso à época, pois não
256 contemplava apenas os alunos de EAD, mas também propunha uma cooperação entre os alunos
257 co CLC e os alunos da EAD. Por entender que não era desejável que tivessem qualquer tipo de
258 expansão, de saída para outras Unidades, haviam ficado tolhidos e presos, impossibilitados de
259 ter qualquer tipo de cooperação com as outras Unidades. Agora as coisas começavam a mudar
260 no discurso, porque viram a necessidade de dizer que as coisas são mais bonitas do que



261 realmente são. Ele como docente ficava extremamente preocupado em ter uma carreira que se
262 diz inclusive seria professor da Universidade. Tudo para tentar legitimar uma estrutura que era
263 precária. Como poderiam fazer uma carreira que era sustentada em um projeto do Governo e
264 que poderia acabar a qualquer momento? O CEAD não era uma Unidade salutar, que permita a
265 seus docentes ter uma carreira saudável. Fazia mal até mesmo para suas saúdes trabalhar no
266 CEAD. Poderia parecer um apelo, mas era o testemunho de um docente que sempre teve seu
267 trabalho complicado e foi ficando desacreditado e descrente em ver que os colegas que lá
268 estavam ficavam preocupados em exercer o poder, não ser incomodados e não prestar contas à
269 Comunidade do que fazer lá. Enquanto isso a manifestação de vários docentes era abafada por
270 este grupo que pretende levar seu projeto de poder adiante. Fez o apelo novamente para que
271 considerassem o número expressivo de docentes e técnico-administrativos que haviam feito o
272 pedido para sair da Unidade, e os que já haviam saído a fim de poder construir sua carreira
273 dentro da Universidade, cuja vontade vinha sendo golpeada, pois tinham muito ânimo no
274 começo, mas começavam a esmorecer. Atualmente estava colaborando em 20 horas com o
275 CLC, o que não podia fazer no início, e percebia que as relações de trabalho são muito mais
276 saudáveis e via que lá seu trabalho era muito mais recompensado e necessário. Pediu que
277 conferissem se os professores bolsistas trabalhavam menos que os professores de dedicação
278 exclusiva, pois não poderiam ficar se fiando na palavra de uma pessoa. O senhor presidente
279 solicitou a manifestação das Direções que estavam debatendo, para poderem se subsidiar de
280 elementos para poderem analisar e se posicionar na próxima reunião. A conselheira Lúcia
281 Peres, Diretora da FaE, disse que junto com os demais Diretores do IFM, ICH e da CLC,
282 haviam sido chamados pela Reitoria para conversarem sobre esta questão que estava ali
283 colocada, para que as Unidades recebessem os cursos afins, atualmente lotados no CEAD. De
284 pronto disse que se havia se manifestado favorável, desde que pudesse discutir o assunto na sua
285 Unidade. Havia feito três reuniões que não haviam sido tranquilas, pois a história era muito
286 controversa em relação à criação da Pedagogia a Distância. Lembrou que quando foi criado o
287 curso de Pedagogia tudo foi muito complicado, pois teve seu nascedouro a fórceps naquele
288 momento, quando em 2007 a proposta era que fosse criado um curso de educação a distância,
289 onde uma empresa subsidiaria todo o material didático, com o que foram contra. Os professores
290 Eliana Povoas, Fernando Kiling e Armando que fizeram o estudo para depois fazer uma nova
291 proposta e na calada da noite, pela porta dos fundos foi criado o curso de Pedagogia onde
292 somente o professor Fernando Kiling, juntamente com a professora Eliana Povoas ficaram
293 responsáveis. Ressaltou que acreditava que a posição da Administração era legítima, pois ao
294 escolherem a chapa que foi eleita sabiam das intenções desta em modificar a EAD. Naquela
295 manhã haviam feito uma reunião onde entraram em um consenso, podendo aceitar, com
296 algumas condições, tendo sido tirada uma carta assinada pelos professores: Lucia Peres, na
297 posição de Diretora, Valdelaine da Rosa Mendes, Miguel Otto, Gilceane Caetano Porto e
298 Gilcenira Alcino Rangel. Dentro desta lista, uma pessoa era ligada à Coordenação do Curso de
299 Pedagogia presencial e duas pessoas do Departamento foram convidadas por possuírem
300 conhecimento de causa desta questão. Leu a carta aos conselheiros: *“Carta de intenções para
301 acolhimento dos cursos de EAD em Pedagogia e Educação do Campo. A fim de tomar posição
302 qualificada sobre a educação a distância na UFPel, em especial referente aos cursos de
303 Pedagogia e Educação do Campo, os professores da FaE, em reunião geral do dia 15 de
304 agosto de 2013, manifestaram necessidade de maiores esclarecimentos a cerca do tema.
305 Prática de gestão democrática da qual não abrimos mão, frente a discussões de questões que
306 envolvam aspectos filosóficos, pedagógicos e administrativos, balizadores da vida nesta
307 Unidade Acadêmica. Desse modo reafirmamos princípios fundamentais que vêm subsidiando a
308 história dos trinta e seis anos da FaE para tal adesão. 1 - A democracia radical, a ousadia e o
309 comprometimento com a sociedade mais justa e fraterna, por meio do compromisso social, com
310 a educação, com o trabalho de qualidade desenvolvido nas Licenciaturas, com a vinculação
311 com as redes de ensino, com a estruturação de um curso de Pedagogia fundamentado nas
312 demandas e exigência da sociedade e sobretudo o entendimento que a educação é um ato
313 político-pedagógico; 2 - A necessidade de uma educação a distância mais próxima à*

At.



314 *concepção de formação de professores preconizada pela Faculdade de Educação, com o*
315 *intuito de construir tal parceria de forma qualificada e pró-ativa, apontando para que essa*
316 *modalidade de educação ocorra exclusivamente em nível de formação continuada; 3- A*
317 *presença efetiva de professores concursados para atuar na EAD, evitando assim a atual*
318 *precarização no trabalho docente assentado predominantemente em bolsistas; 4 – Uma*
319 *padronização de critérios das condições de trabalho na modalidade presencial e a distância.*
320 *Com base nestes quatro princípios a FaE entende que a transição dos cursos do CEAD para as*
321 *Unidades deve ser implementada de forma gradual e dialogada, mesmo considerando a*
322 *necessidade e a urgência de uma mudança de gestão que até então vinha sendo implementada.*
323 *Assim, considerando a afinidade epistemológica dos cursos de Pedagogia e Educação do*
324 *Campo, ainda que pese o desconhecimento do funcionamento efetivo da EAD, bem como seu*
325 *futuro funcionamento, a FaE poderá acolher os cursos. Diante do exposto, a FaE apresenta*
326 *duas condições fundamentais para tal acolhimento: a não abertura de novos pólos e turmas até*
327 *que a transição seja efetivada e a criação de uma comissão provisória e transitória com*
328 *assento para as Unidades envolvidas a fim de acompanhar e propor uma nova política de*
329 *educação a distância dos cursos em andamento junto à Administração Central”.* A seguir o
330 conselheiro Victor Gonçalves, Diretor do IFM disse que o curso de Matemática a distância
331 havia sido criado de forma pioneira no IFM em 2004. Em 28 de abril o Conselho Universitário
332 o criou e desde aquele momento até 2011 o curso funcionou na Unidade com sucesso, de forma
333 pioneira, com a participação efetiva dos docentes, assim como de outros colegas bolsistas. Em
334 08 de abril de 2011, quando foi emitida a Portaria 130, que transferiu arbitrariamente os cursos
335 de graduação e pós-graduação em educação a distância, das Unidades de origem para o CEAD,
336 o curso foi retirado arbitrariamente da Unidade, mesmo tendo sete anos de história. A
337 arbitrariedade dessa ação de ser retirado o curso do IFM teve seu ápice no mês de março de
338 2011, quando o coordenador foi destituído do Colegiado, foi nomeada uma professora, a qual
339 não fazia parte do Colegiado e este foi por completo destituído. Isso feriu obviamente o artigo
340 107 do Regimento Geral da Universidade. Além disso, em 20 de abril de 2011 a Direção do
341 IFM, após reunião do Conselho Departamental, em 08 de abril de 2011, encaminhou o
342 memorando nº 094 onde, além de enfatizar as ilegalidades citadas, manifestou que a
343 transferência do CLMD feria também o Estatuto no seu artigo 41, parágrafo 2º, que veda a
344 duplicidade de atividades em diferentes Unidades da UFPel. Por fim, foi encaminhado o
345 memorando, esclarecendo o COCEPE, onde foi solicitado que aquele Conselho legitimasse o
346 Colegiado do CLMD, já constituído, garantindo sua posição dentro dos ritos administrativos e
347 decisórios definidos pelo Estatuto e pelo Regimento da UFPel, que desconsiderasse as Portarias
348 supra citadas e seus efeitos, dado que as decisões tomadas não o foram na situação prevista
349 pelo artigo 62 do Regimento Geral, salvaguardado seu parágrafo único, o que fere a alínea 13
350 do artigo 54 deste mesmo Regimento e solicitou ao senhor Reitor sua revogação, considerando
351 todos os aspectos de ilegalidade mencionados no documento e reafirmou no documento a
352 responsabilidade e a gerência do IFM em relação aos equipamentos destinados ao
353 desenvolvimento do curso e que este fosse reintegrado ao IFM. Tal solicitação foi
354 completamente desconsiderada dentro da Universidade e nunca foi levada a sério. Desde aquela
355 época a Unidade busca a reintegração do CLMD. Durante o período diversas vezes haviam
356 buscado a aproximação com os professores do CLMD, seja para que eles participassem de
357 projetos conjuntos ou que apoiassem suas atividades pedagógicas. É de compreensão sim que o
358 ensino a distância tem suas especificidades, mas não é ortogonal ao ensino presencial. Na
359 realidade, tanto o ensino a distância quanto o presencial têm a ganhar com a sua aproximação.
360 Em reunião de 03 de agosto de 2013, o CD do IFM encaminhou novo documento ao COCEPE,
361 onde manifestou que, com base no princípio da auto-tutela administrativa, súmulas 346 e 473
362 do STF, solicitaram a imediata anulação, porque ilegais, de todos os atos administrativos que
363 instituíram este estado de coisas, com o objetivo de eliminar todos os seus efeitos e que o curso
364 de Licenciatura em Matemática a Distância fosse reintegrado ao IFM. Consideraram que já
365 havia acontecido todos os contatos necessários entre a Reitoria, IFM e Professores do CLMD,
366 para que a situação fosse exposta e as dúvidas dirimidas. Por outro lado, já existe a deliberação

AT



367 do Departamento de Matemática e Estatística determinando uma comissão formada pelos
368 professores pesquisadores da UAB, deste Departamento, para estabelecerem um processo de
369 transição que, conforme determinação da Coordenação UAB, se iniciará pela construção de um
370 instrumento de avaliação cognitiva dos alunos do curso. As questões referentes às instalações
371 de recursos materiais que podem advir dessa reintegração devem ser discutidas entre IFM,
372 Coordenação da UAB e Pró-Reitorias envolvidas no processo. Disse que em particular nos
373 últimos meses participaram de reuniões a convite da Administração da Universidade com
374 professores do CLMD e professores do IFM, onde buscaram estabelecer um diálogo, em
375 particular. Após a primeira reunião foi feito um convite o qual foi atendido de realização de
376 uma reunião no espaço físico do IFM. Tamanho é o distanciamento, no presente, da Matemática
377 a Distância, do curso de Matemática presencial e da Unidade na qual estão que muitos destes
378 professores nunca lá estiveram. Não tinham noção dos laboratórios em que os alunos do curso
379 presencial de matemática realizam suas atividades e muito menos as potencialidades
380 disponíveis no curso de Matemática presencial que poderiam ser implementadas no curso a
381 distância. Também nestas reuniões foi manifestado o interesse de que o curso retorne à Unidade
382 e que os professores do CLMD que manifestem interesse de retornar, seriam muito bem
383 recebidos e são bem-vindos, pois entendem sim que eles têm muito a contribuir e nunca
384 depreciaram sua formação, desta forma qualificando o ensino de Matemática desta
385 Universidade que carece de bons profissionais e de boas práticas. O IFM respeita e sempre
386 respeitará as especificidades do ensino a distância e que é a concepção de que a qualificação do
387 ensino de Matemática se dará pela aproximação do ensino presencial e a distância, respeitadas
388 suas particularidades. Por fim, manifestaram que é de concepção que a duplicação de áreas na
389 UFPel gera prejuízo pedagógico e desperdício de recursos humanos, além de ferir o Estatuto.
390 Disse que tinha a manifestar era um claro posicionamento da Unidade de que queriam que o
391 curso de Matemática a Distância estivesse dentro do IFM, pois foi retirado de forma arbitrária,
392 ilegal e não deveria estar dentro do CEAD. Mais do que isso, tinham a opinião muito clara de
393 que o CEAD, como Unidade Acadêmica, não traz nenhum proveito para a Universidade e sim,
394 se cria um feudo em separado dentro da nossa universidade que não qualifica em nada nossas
395 atividades e sim, desperdiça recursos humanos. Logo a palavra foi concedida ao conselheiro
396 Sidney que se manifestou dizendo que diferentemente dos colegas que haviam se manifestado,
397 que têm um a trajetória presencial ligada às áreas a distância e que estavam pretendendo se
398 mover, no ICH eles não tinham nenhum relacionamento presencial com o curso de educação no
399 Campo. Entretanto, houve manifestação subsidiária, no sentido de que os professores do curso
400 de Educação do Campo fossem eventualmente lotados no ICH. Em função desta distância que
401 existe entre a formação presencial e esta formação a distância que para eles é estranha em
402 função de não terem nenhum curso de formação presencial do campo, apesar de terem
403 professores, que por suas trajetórias próprias estejam ligados à educação do campo, eles
404 necessitavam seguramente de mais tempo para a discussão desta proposição, caso viesse a se
405 efetivar a extinção do CEAD e a relocação destes professores para o ICH. No mesmo sentido
406 disse que gostaria de dizer que não houve, até aquele momento, nenhuma manifestação formal
407 por parte dos professores lotados na Educação do Campo ou do CEAD, no sentido de que isso
408 ocorresse. Disse que queria manifestar que o seu posicionamento era subsidiário nesta proposta,
409 pois nunca estiveram envolvidos e nenhum professor havia manifestado formalmente este
410 interesse. Apenas haviam recebido algumas visitas informais por parte de professores para
411 saber da receptividade que haveria por parte do Instituto e o Conselho Departamental havia sido
412 instado a se manifestar em relação ao assunto, mas ficara aguardando a manifestação formal
413 para que pudesse, efetivamente, se manifestar sobre uma proposta e não de uma conversa que
414 havia acontecido informalmente. De qualquer maneira, há um posicionamento da Unidade no
415 sentido de que pedagogicamente não entendiam nenhuma contribuição da atual estrutura do
416 CEAD e que a inclusão dos professores nos Departamentos ou em outros Departamentos seria
417 salutar para a vida pedagógica da Universidade, mas entendiam que esta discussão deveria ser
418 aprofundada e por isso entendiam que tinha sido positivo terem avançado na discussão sobre o
419 assunto, pois iriam necessitar avançar na decisão e precisavam de subsídios para isso. O

AT -



420 encaminhamento do Instituto era mesmo no sentido de que pudessem ampliar esta discussão.
421 Disse que já havia sugerido após reunião com a Reitoria de que as Unidades envolvidas
422 pudessem sentar à mesma mesa que a Reitoria e os professores envolvidos neste processo, para
423 discutirem o assunto ao invés de simplesmente trazer uma Resolução que havia sido fruto muito
424 mais de conversas do que de debates propriamente ditos, porque efetivamente debates não
425 ocorreram, pelo menos em nível que desejariam que tivesse ocorrido no ICH. Se houver de
426 alguma maneira de afetar a própria estrutura do Instituto em função de relocação de professores,
427 que para eles eram estranhos aos cursos presenciais existentes, precisariam aprofundar mais o
428 debate. Além de discutir a questão da extinção do Centro, a relocação dos professores precisava
429 ser melhor discutida, como foi na Faculdade de Educação. Apesar de que a Diretora da FaE ter
430 demonstrado interesse de acolher plenamente os dois cursos, o ICH também estava aberto para
431 o acolhimento dos professores do curso de Educação do Campo, se houver alguma
432 manifestação nesse sentido, precisando apenas de tempo para aprofundar esta discussão. Com a
433 palavra, o conselheiro Luis Amaral, Diretor do CLC, pediu desculpas, pois sua fala seria de
434 improviso, visto que a reunião do seu Centro havia acontecido pela manhã e não havia feito
435 nenhum documento para levar, mas faria o relato do que havia acontecido na reunião. A decisão
436 do Centro não tinha nenhuma relação com a extinção do CEAD e sim manifestaria o desejo do
437 CLC no sentido de acolhimento dos professores do curso de Espanhol a Distância. Disse que na
438 sua origem o curso havia sido gestado por professores que estavam originalmente lotados na
439 Faculdade de Letras e depois relotados no CEAD, sendo que no futuro poderiam retornar ao
440 CLC, se assim fosse decidido pelo Conselho Universitário e se assim fosse o desejo dos
441 professores. A partir da documentação enviada pela Reitoria, entendiam que era salutar a
442 presença dos professores, pela lógica, pela filosofia de como os professores do CLC entendem
443 que devem ser as práticas pedagógicas associadas a isso, o que quer dizer que cursos que
444 tenham relação com o ensino de Línguas devem estar lotados na área e professores que
445 trabalham na área devem estar em convivência para que haja um desenvolvimento profissional
446 adequado, permitindo que façam pesquisa, ensino, extensão e administração no local. A posição
447 do CLC é nessa direção, pois entendem que é inaceitável que professores de outras Unidades
448 ministrem disciplinas que são relativas à sua área e isso deve ser comum a todas as áreas. Nesse
449 sentido, desejavam a ida do curso de Espanhol a Distância para o CLC e parecia que o grupo
450 ligado ao curso de EAD também estava disposto a ir para o Centro, dando a entender que a
451 conversa se daria em um nível bastante cordial. Disse que endossava a palavra dos demais
452 Diretores, sobretudo da Professora Lúcia Peres, no sentido de que isso precisava ser feito de
453 maneira adequada, com calma e transição que possibilitasse que o processo fosse da melhor
454 forma para todos, pois temos problemas que advêm desta decisão. A parte técnica das
455 mudanças deveria ser garantida pelo Conselho e, além disso, os professores que irão trabalhar
456 na EAD deverão estar ligados na formação de sua origem à área de atuação de cada Centro.
457 Deve ser garantido que as Unidades recebam professores que tenham algo a contribuir no
458 sentido de melhorar as relações, porque em uma discussão que estavam tendo nas comissões de
459 vagas docentes, o número de professores das Unidades terá um peso efetivo, a partir da
460 elaboração de uma matriz, no sentido de determinar para onde iriam as vagas futuras e para isso
461 os docentes das Unidades devem possuir formação nas áreas que a Unidade oferece. Seria
462 importante considerarem estes pormenores para o momento das definições. Outro fato a pensar
463 seria o fato de, no momento da ida de um curso de EAD para uma Unidade, estudar uma
464 revisão do projeto Político Pedagógico comparado com o curso presencial, visto que são dois
465 projetos de formação de professores completamente diferentes, necessitando de uma
466 aproximação dos dois métodos. A proposta do CLC se resumiu a isto e se o Conselho
467 Universitário conseguisse garantir que essas condições pontos poderiam se dar, o CLC era
468 favorável à transferência do Curso de Espanhol a Distância do CEAD para aquele Centro. O
469 senhor presidente concedeu a palavra para mais alguns conselheiros que fizeram pedido de
470 esclarecimento sobre o tema e a partir de então passaram para uma posterior deliberação. A
471 conselheira Vanessa se manifestou dizendo que no dia anterior recebera juntamente com a
472 professora Celeste uma correspondência da Professora Salazar, bastante extensa (4 páginas),



473 que solicitou ser enviada via email para os conselheiros. Solicitou que constasse em ata que o
474 documento havia sido apresentado ao Conselho. A conselheira Márcia Pinto falou no sentido de
475 que a Faculdade de Odontologia não estava se habilitando a fazer ensino a distância, mas a
476 preocupava ao ouvir os Professores falarem, pois a ela parecia que havia uma questão
477 complicada no início do CEAD. Via que o Centro não havia se extinguido no seu objetivo e na
478 sua meta e sim por conta das relações dentro do próprio Centro. Via isso como um problema
479 administrativo que estava levando ao final daquele Centro. Perguntava-se qual seria a questão
480 de fundo que estava colocada nisso e o que seria melhor para a Universidade. A fala do
481 Professor Luis a esclarecera um pouco, mas gostaria de ter uma posição da Pró-Reitoria de
482 Graduação no sentido do que seria melhor para a Universidade e para os alunos do ensino a
483 distância, porque via o CEAD com um alcance social muito grande e a Universidade teria que
484 cumprir este papel. Não tinha condições de avaliar se esse papel seria cumprido de melhor ou
485 pior forma se os professores do CEAD ficassem junto com as Unidades. Isso não era o mais
486 importante. O mais importante seria discutir a questão de fundo que estava colocada nisso.
487 Como manteriam esse grande alcance social que o ensino a distância tem, dentro destes outros
488 moldes, pois o problema que via não era o EAD em si e sim que a Administração do CEAD
489 levou a esse impasse que estava colocado. Não era contrária à manutenção e nem à extinção do
490 CEAD. Apenas pensava que deveriam ter uma preocupação em fazer uma reflexão muito séria
491 sobre a nossa importância enquanto ensino a distância. Via que isso era uma coisa fundamental
492 e ficava preocupada se este período de transição ou mesmo depois, por conta de adaptação aos
493 projetos pedagógicos, esse ensino tenha que diminuir e acreditava que a Universidade deveria
494 investir, pois este era um tipo de ensino que deveria crescer. Resumindo: Sua preocupação não
495 era com relação a manter ou não o CEAD e sim manter o EAD com qualidade e que isso seja
496 aumentado, que isso realmente um investimento da Universidade. Reforçou que este tinha
497 grande alcance e este era um compromisso que a UFPel deve ter. O Conselheiro Eduardo
498 Osório disse que como representante da comunidade não tinha grande conhecimento do
499 assunto, mas como tinha grande bagagem docente, poderia se manifestar e via com grande
500 espanto que este assunto não havia passado por análise do COCEPE. Nisso tudo havia uma
501 questão técnica e não era apenas contas de somar ou multiplicar e quem deveria avaliar eram as
502 diferentes Unidades e professores. Porém se tivesse que passar por uma opinião que fosse
503 conciliadora de tudo o órgão correto deveria ser o COCEPE e chegaria ao CONSUN após
504 avaliado pela CLN. O conselheiro Alexandre Gastal se manifestou na mesma linha da
505 conselheira Márcia, pois acreditava que o relato do Professor Luis havia feito sobre uma série
506 de problemas que os professores estavam passando por limitações de suas atividades, mas estes
507 não seriam argumentos que o sensibilizariam para votar pela extinção do CEAD, pois mesmo
508 sendo verdadeiros estes argumentos falam de uma má gestão e isso era problema da troca de
509 gestor e não da extinção da Unidade. Acreditava que o que estava faltando para sua convicção
510 seria a contraposição de argumentos sobre o que era melhor do ponto de vista da Universidade,
511 do ponto de vista do avanço do EAD dentro da Universidade. Esses argumentos não chegaram
512 com a consistência que deveriam ter vindo de nenhum dos lados interessados. Questionava-se
513 se não estavam apenas trocando “cria-se o CEAD para depois ver no que dá” por “extingue-se o
514 CEAD para depois ver o que acontece”. Deveriam existir propostas mais concretas. Existem
515 peculiaridades que exigem que tratassem disso como um pacote fechado. Lendo os termos da
516 Resolução perceberiam que era apenas um tratado de intenções, mas temia que estivessem
517 extinguindo para depois tratar de ver como funcionaria como já havia sido feito tantas vezes
518 nos últimos anos e mais tarde estarem diagnosticando problemas, como havia manifestado o
519 conselheiro Victor em sua fala. Estava faltando foco no debate que os convencessem de uma
520 posição. O conselheiro Luiz Brettas disse que seguiria o mesmo caminho de colocações dos
521 demais conselheiros. Perguntou como se sentiam, por exemplo, os Diretores da FAEM, FaMed
522 e outros que eventualmente fossem obrigados a enviar seus cursos para o CEAD. Disse que
523 havia uma grande confusão para as pessoas que não conheciam bem o que acontecia na UAB.
524 Relatou que tinha uma longa história e não iria se alongar, mas pincelaria alguma coisa, pois
525 tinha um contato desde 2004 e poderia colocar muitas coisas que aconteceram, mas estas coisas

★



526 criariam um mal estar e talvez este acabasse acontecendo de qualquer forma em função das
527 manifestações que têm sido divulgadas entre alguns conselheiros, pois existe muita coisa mal
528 contada no Centro e se via obrigado a se comunicar por email para citar fatos, dos quais tem
529 provas, no sentido de esclarecer os conselheiros. Sobre o funcionamento dos cursos, os
530 professores deveriam continuar trabalhando nos mesmos, mas em relação à estrutura, o que
531 defendiam enquanto gestão era a ingerência de como seriam conduzidos os cursos ao longo dos
532 próximos semestres, até finalizarem as turmas atuais. Essa estrutura iria continuar existindo e o
533 funcionamento seria possível, sem problema algum. Existe uma política da CAPES, já de
534 muitos anos, e as vagas que haviam sido oferecidas e que acabaram sendo colocados no CEA,
535 não eram oferecidas para esta finalidade. O MEC e a SEAD e a CAPES, em tratativas
536 conseguiram uma liberação de vagas para a UFPel, como conseguiram para as Instituições
537 Federais do país inteiro, que estavam envolvidas com a UAB, e que poderiam utilizar estas
538 vagas como acreditassem melhor. Não era necessário que fossem destinadas obrigatoriamente
539 para a EAD e sim, se fosse decidido que seria melhor destinarem para este fim seria ótimo, mas
540 que não fizessem concursos ou seleção de professores com a exigência de trabalho específico
541 na EAD. Esta era uma orientação muito clara. Havia participado de várias reuniões com o
542 Secretário da EAD do MEC, com o Diretor Geral da CAPES no Departamento de EAD e foram
543 muito claros e incisivos neste ponto. Quase havia sido xingado por acreditarem que ele era
544 representante deste processo, o que na verdade haviam lutado muito contra e o Professor Mauro
545 era testemunha, por ter participado de diversas reuniões do Colegiado da Matemática, que a
546 princípio eles eram contrários à implantação deste procedimento de lotar professores
547 especificamente para a EAD e haviam sido voto vencido e a briga havia sido muito longa. O
548 quadro era que não iria ocorrer no momento em que os cursos forem transferidos para as
549 Unidades onde deveriam estar não vai acontecer uma ruptura e este discurso estava sendo
550 veiculado tanto entre os alunos, quanto entre tutores e professores pesquisadores, que são os
551 bolsistas, para tentar minar um processo que é natural, onde os cursos deveriam estar
552 funcionando nas Unidades em cujas áreas estão mais relacionados. A conselheira Tereza Fuji
553 disse que estava entendendo um pouco a situação, mas ainda tinha muitas dúvidas, pois se o
554 processo não havia se iniciado naquele momento e vinha se desenrolando há mais tempo,
555 porque a Comunidade não tinha conhecimento há mais tempo? Disse que pelas falas que ouvia
556 parecia que o CEAD era algo que estava desvinculado do todo. Havia sido muito elucidativo
557 ouvir as colocações de todos que haviam se manifestado, mas queria saber se a comunidade dos
558 cursos em questão haviam sido ouvida e como estavam sendo envolvidas no processo. Disse ter
559 recebido duas cartas, uma favorável e outra contrária, mas ficavam todos muito confusos para
560 votar o assunto, pois deveriam ter mais subsídios de como o processo estava se dando. Tinha
561 uma posição igual a do conselheiro Gastal, pois não sabia qual era o objetivo e acreditava que
562 deveriam ter uma discussão maior que incluísse a comunidade. A seguir, o senhor presidente
563 abriu espaço para que os conselheiros Victor e William prestassem esclarecimentos sobre o
564 assunto abordado. Inicialmente o conselheiro Victor disse que, respondendo ao conselheiro
565 Gastal, a experiência do IFM com relação ao EAD era que a separação do curso de Matemática
566 a Distância do IFM foi prejudicial para a área de Matemática. O histórico de evolução na qual
567 havia se criado uma estrutura em paralelo que atualmente se diferenciava na forma ortogonal do
568 curso presencial de tal forma que o estudante que embora recebesse o certificado em
569 Licenciatura em Matemática pela UFPel, igualmente, a formação era totalmente distinta e não
570 havia como um aluno do curso presencial complementar seu curso na forma a distância, por
571 algum problema ocasional em sua trajetória, e o mesmo aconteceria se acontecesse ao contrário.
572 Este distanciamento foi prejudicial para ambos. Também o CEAD como estrutura independente
573 não lhes permitia pela sua estrutura, utilizar todas as técnicas e especificidades ou instrumentos
574 que o ensino a distância era tão importante para todos. O EAD separado da Unidade Acadêmica
575 traz prejuízo para a cidade e para a sociedade e isso era o que balizava a decisão do IFM em
576 relação ao ensino de Matemática a Distância. Respondendo à pergunta da conselheira Tereza
577 disse que em relação ao envolvimento dos professores com a Comunidade, ainda existiam
578 professores do IFM que no momento recebiam bolsa para atuar no CEAD, entretanto, em

AT.



579 momento algum, lhes era dado acesso e não havia sido permitido estabelecer diálogo com o
580 grupo da EAD. No momento em que houve esta separação arbitrária foi fomentada a discórdia
581 de tal forma que permitiu que fosse construída uma estrutura totalmente independente e nunca
582 foi buscado aproximar e existem várias solicitações de professores de lá que desejam ser
583 lotados no IFM, o que foi negado pelo CEAD. Na reunião que ocorreu com os professores, foi
584 percebido que vários deles não conheciam o IFM e nunca tinham chegado ao Campus Capão do
585 Leão e ao conhecer manifestaram interesse em ir para o IFM, participar e contribuir com o
586 curso presencial, pois sentem esta falha na sua formação. Com relação aos estudantes a
587 participação do IFM é muito limitada, pois eles não têm acesso ao sistema. Como o aluno é a
588 distância, realmente no presente o aluno está muito vinculado ao sistema que é utilizado pelo
589 sistema pedagógico que é distinto do projeto pedagógico presencial. O conselheiro William
590 disse que faria esclarecimentos em relação aos alunos, pois acompanhando de perto a avaliação
591 de alguns professores, se preocupava com a visibilidade da nossa Universidade lá fora. Uma
592 das coisas que via os alunos colocando, que o preocupava muito, era o fato da “Universidade
593 Falsa para os cursos de Licenciatura”. Não existe equivalência entre as duas modalidades.
594 Existe uma distância muito grande entre as duas. São várias coisas que o levavam a pensar do
595 porquê não devolver o curso para o IFM de onde professores competentes iniciaram o curso a
596 distância. Achava interessante a colocação dos conselheiros Gastal e Márcia ao perguntarem o
597 que a UFPel quer com o ensino a distância. A preocupação principal era com o ensino, a
598 pesquisa e a extensão e era esta a bandeira defendida por todos e não o poder. A seguir a Pró-
599 Reitora de Graduação se manifestou dizendo que ficava feliz pela colocação dos conselheiros e
600 poder se manifestar sobre o assunto. Disse que tinham conversado muito desde o início da
601 gestão, com os Coordenadores da EAD que a procuravam muito na Pró-Reitoria e em reunião
602 geral que acontecera com Diretores e professores, onde a preocupação maior era esclarecer que
603 pretendiam qualificar o ensino a distância na UFPel com a proposta do CPED. Pretendiam
604 qualificar todos os cursos a distância na UFPel, desde os já existentes até os que porventura
605 vierem a ser criados em outras Unidades. Com a nova legislação poderiam dispensar 20% da
606 carga horária dos cursos presenciais, para oferecer a modalidade a distância. Isso não tem sido
607 feito pela origem da formação desses cursos, que é o que estavam discutindo naquele momento
608 e isso precisava ser dito e colocado: lá atrás havia sido feito com falta de debate sobre colocar
609 na UFPel a modalidade a distância. Essa responsabilidade é que tinham o comprometimento em
610 fazer. Tinha muita sensibilidade em ouvir todos os segmentos, pois muitos professores estavam
611 trabalhando há muito tempo naquele formato e na Unidade Acadêmica para que foram
612 concursados pela UFPel e isso deve ser respeitado e ouvido. É com essa sensibilidade que
613 pretendem fazer essa transição a ponto de abrir portas para uma nova ferramenta que estará
614 sendo agregada e qualificando os cursos presenciais. É essa visão que tinham e estavam
615 colocando incisivamente e era muito pertinente. Existe uma comissão de transição, mas esta
616 somente será instalada plenamente após a autorização do Conselho Universitário. O que podia
617 dizer era que tinham pensado isso reiteradamente e no momento já tinham uma Coordenadora
618 Pedagógica a Distância além do gestor da UAB e essa coordenação já estava trabalhando em
619 conjunto com as discussões da Coordenadoria de Ensino e Currículo da PRG e queriam firmar
620 cada vez mais, a partir da criação do CPED, essa relação e o debate, tanto para os cursos
621 presenciais tanto para os cursos a distância. O conselheiro Carlos Mauch se manifestou dizendo
622 que se sentia bastante contemplado pela fala da conselheira Fabiane, mas gostaria de fazer um
623 esclarecimento para o conselheiro Eduardo Osório, pois regimentalmente a criação das
624 Unidades Acadêmicas são função deste Conselho Superior e somente deste. A criação de novos
625 cursos regimentalmente é a partir de uma proposição do COCEPE, criado pelo CONSUN. A ele
626 estranhava algumas coisas e queria fazer eco à voz do conselheiro Victor: a Portaria que
627 transferiu o CLMD ao CEAD não tem nenhum valor legal, pois foi decisão do Reitor e nem o
628 COCEPE nem o CONSUN foram ouvidos, mas decidimos debater este tema com os Conselhos,
629 mas a rigor, basta o Reitor tornar sem efeito esta Portaria, porque ela não tem base legal. Este
630 é um fato com base no Regulamento que temos. Estes são os fatos e esta discussão
631 independentemente da legalidade, ela deveria ter sido debatida por dentro do COCEPE que foi

Al



632 desrespeitado, porque a discussão acadêmica é matéria do COCEPE e nenhuma discussão
633 acadêmica se deu dentro deste Conselho, porque a questão de fundo da educação a distância,
634 que é uma modalidade de ensino, é pedagógica e ela não pode estar desvinculada do ensino
635 presencial e atualmente ela está. O que o professor, que defendeu a extinção do CEAD fez, foi
636 uma argumentação com base no sofrimento que ele vive, na percepção dele. Não é esta a
637 questão da Administração. A nossa questão é de fundo pedagógica, como a professora Fabiane
638 levantou, que nós precisamos qualificar o EAD. Ele disse que custava imaginar o curso de
639 Medicina sem médicos, um curso de Agronomia sem agrônomos ou um curso de Direito sem
640 advogados. Este conselho toleraria isso? Pois temos um curso assim na Universidade, que está
641 formando pessoas e temos a responsabilidade de pensar sobre isso e temos mais: nós temos
642 outros tantos cursos que a competência dos professores que estão lá não são aquelas para as
643 quais o curso tem sua finalidade. Não é só na Pedagogia. E esta matéria é relativa ao COCEPE
644 sim. Da discussão acadêmica, mas a decisão sobre a definição de Unidade Acadêmica compete
645 a este Conselho. Eles não são desvinculados. Aliás, eles deveriam trabalhar sempre em
646 conjunto e muitas vezes não trabalharam. Temos que resgatar isso e temos que resgatar com a
647 responsabilidade de qualificar o ensino a distância nesta Universidade, que cumpre um
648 importante papel social de inclusão. Não pode estar desvinculada e ser a revelia dos cursos
649 presenciais e da discussão pedagógica por dentro deles. A Universidade não pode se furtar a
650 esse debate, porque isso não é sério e isso não é feito assim em nenhum lugar do Brasil. Disse
651 que esteve com a direção da CAPES, que trata de EAD aqui e eles não entendem como a
652 Universidade faz EAD, porque é a única universidade brasileira que faz nesta modalidade,
653 desvinculada e por fora da discussão pedagógica dos cursos presenciais. Se queremos esta
654 concepção de EAD nós temos ela no momento e ele, como presidente do COCEPE, não queria
655 e iria defender que estas discussões se dêem por dentro dos cursos presenciais com muita
656 seriedade, responsabilidade e com as competências estabelecidas para que efetivamente
657 conseguissem qualificar o ensino a distância que é uma belíssima ferramenta sim, inclusive de
658 inclusão. E essa discussão era deles e não queriam tornar sem efeito uma Portaria que não vale
659 e sim discutir com o Conselho, com a responsabilidade dos dois Conselhos. Queriam construir
660 uma educação presencial e educação a distância muito melhor que a que temos. Não podemos
661 acomodar com o conceito empresa na graduação. Temos que buscar um agrupar o presencial e
662 a distância. Não temos que trabalhar com quarenta pólos esparramados por todo o RS e fora
663 dele. Temos que ver efetivamente com as outras IFES do RS e região, qual é nosso papel em
664 uma discussão em conjunto com outra IFES para discussão de EAD e para qualificação desses
665 pólos. Temos pólos com problemas gravíssimos, pois a contrapartida dos Governos Municipais
666 é muito ruim. Temos que discutir isso, pois é uma ilusão imaginar que quarenta pólos por serem
667 esse número incluem. Não incluem pela qualidade, pela contrapartida, pela concepção de EAD
668 que temos atualmente. A responsabilidade é do COCEPE e do CONSUN. A conselheira
669 Luciane Kantorski solicitou que para a próxima reunião trouxessem dados de como estava a
670 certificação dos cursos a distância e como estava a avaliação. A seguir o senhor presidente
671 passou ao **Item 09: Recredenciamento da Fundação Delfim Mendes Silveira – FDMS como**
672 **Fundação de Apoio.** O senhor presidente, por solicitação de um conselheiro, sugeriu que
673 deixassem a análise do item para a próxima reunião. **Item 10: Recomposição da Comissão de**
674 **Legislação e Normas – CLN.** Foram sugeridos os nomes dos conselheiros: Alexandre
675 Fernandes Gastal, João Paulo Voltan Adamoli e Bruno Baquini da Silva Martinelli. Colocados
676 em regime de votação os nomes foram aprovados, com três (03) abstenções. **Item 11:**
677 **Constituinte Universitária.** O senhor presidente que na última reunião ele e o Vice-Reitor
678 haviam se proposto a retornar esse tema ao Conselho e era o que estavam apresentando neste
679 item. Disse que haviam feito debate com os representantes dos três segmentos da Universidade
680 e foi solicitado um tempo maior para realizar assembléias, o que havia acontecido na terça-feira
681 anterior à reunião. Foram apresentados destaques da proposta e logo após iniciaram as
682 discussões gerais. O conselheiro Fabio Cerqueira sugeriu que este assunto fizesse parte de uma
683 pauta única. Disse que acreditava que o termo Constituinte englobava projetos muito extensos
684 para serem debatidos conjuntamente, pois incluía reforma de Estatuto, Regimento, PDI e

☆



685 Projeto Pedagógicos. São muito específicos e pelo tipo de demanda que eles exigem é solicitar
686 demais serem discutidos ao mesmo tempo, mesmo porque eles possuem tempos diferentes para
687 vigorar. Disse que tinha dúvidas em pensar nisso como Constituinte. Antes de debater pontos
688 específicos, deveriam pensar outras alternativas de metodologia. Os quatro temas não deveriam
689 ser deliberados por uma comissão única. A conselheira Celeste disse que como representante
690 dos professores assistentes e juntamente com a conselheira Vanessa haviam feito reunião com
691 seus pares e fez o relato do que havia sido retirado da reunião. Solicitou a permissão para que o
692 representante da ADUFPEL fizesse sua fala em relação à posição dos docentes. Disse que o
693 parecer da reunião foi muito parecido com o pensamento do conselheiro Fabio. Não havia
694 necessidade de decidir em um mês. Deveriam começar com os seminários antes de discutir a
695 proposta metodológica. O conselheiro Alexandre Gastal se manifestou no sentido de solicitar
696 ler o que havia escrito a respeito da proposta apresentada: *“1) Avaliação da proposta*
697 *apresentada: Estou de pleno acordo com os pressupostos à proposta apresentada pela Reitoria*
698 *para o desencadear do chamado Processo Constituinte. De fato é urgente que a UFPel de*
699 *maneira autônoma e democrática fosse capaz de readequar suas normas, para readequar-se de*
700 *modo que cada qual dos sujeitos que fazem e vivem a Universidade reconheça-se no rol dos*
701 *princípios que darão sustentação aos novos Estatutos, Projeto Pedagógico e Plano de*
702 *Desenvolvimento. Entretanto divirjo da metodologia proposta. Divirjo justamente por que*
703 *penso que ela não era a melhor alternativa para que se atendessem os propósitos e pressupostos*
704 *expressos na proposta apresentada. Não é a mais apropriada, não é a mais razoável, não é a*
705 *mais democrática. Elenco aos colegas, o que a meu juízo são alguns dos seus senões. a)*
706 *terceiro turno: há pouco mais de oito meses concluiu-se com a eleição do atual Reitor por este*
707 *Conselho um processo democrático de eleição dos nossos dirigentes que se iniciou em maio e*
708 *acabou em dezembro de 2012. Não me parece que seja conveniente restaurar o embate*
709 *eleitoral tão recentemente superado. Acho ao contrário, que o momento é mais de unir esforços*
710 *para que as coisas aconteçam do que momento de religar holofotes, pavimentar candidaturas,*
711 *marcar posições, etc.; b) a falta de protagonismo do Conselho Universitário: nos mais*
712 *diferentes momentos no trato dos mais variados assuntos é recorrente entre nós todos o*
713 *diagnóstico de que boa parte dos problemas que a Universidade viveu e vive explica-se pela*
714 *omissão deste Conselho. Nós não debatemos no passado o que tínhamos de debater, não*
715 *exigimos no passado o respeito que nos negaram. A verdade é que há muito este Conselho*
716 *abdicou do protagonismo que deve ter como Órgão máximo da Universidade. A proposta*
717 *apresentada para debate é de que o Conselho Universitário, ao início do processo, outra vez*
718 *abdique da competência que legal e estatutariamente lhe cabe. Dirão que não se trata disso,*
719 *pois que, ao final do processo, caberá ao CONSUN a aprovação das novas normas.*
720 *Formalmente é correto. Materialmente, entretanto, a verdade é que a proposta implica que*
721 *cada conselheiro abdique de sua competência, dispa-se do compromisso com aqueles a quem*
722 *representa aqui e assumam, a priori, o compromisso moral de referendar o produto resultante do*
723 *trabalho das quarenta e cinco pessoas eleitas. No entanto, dificilmente os quarenta e cinco*
724 *eleitos comporão um grupo tão plural e tão bem informado sobre as grandes questões da*
725 *Universidade quanto é o Conselho Universitário. Aqui estão representados todos os atores da*
726 *cena acadêmica: a Administração Central, todas as Unidades, os Colegiados de Cursos de*
727 *Graduação e Pós- Graduação, Docentes, Técnicos, Alunos, gente absolutamente preparada*
728 *para formular uma proposta de Estatuto. Numa eleição muito mais de nomes do que de*
729 *propostas, numa eleição provavelmente marcada pela ressurreição dos embates recentes ou*
730 *pela formatação das estratégias para o próximo, o que assegura que o grupo de quarenta e*
731 *cinco eleitos terá mais e melhores condições que este Conselho de apresentar um projeto para*
732 *a Universidade? O que nos assegura isso a ponto de que devemos cada um de nós abdicar de*
733 *nossas funções e outorgar um cheque em branco a cada um dos quarenta e cinco eleitos? O*
734 *que assegurará a cada eleitor projeto a ser construído pelos quarenta e cinco eleitos, projeto*
735 *com o qual este Conselho estará prévia e moralmente comprometido será coerente com as*
736 *aspirações da Comunidade Acadêmica? Também não acho razoável que as entidades de*
737 *classe, especialmente aquelas de cunho sindical como ADUFPEL e ASUFPEL tenham papel*

★.



738 *proeminente no processo da Estatuínte. Não vejo porque devam integrar à comissão eleitoral e*
739 *assumir papel de protagonistas no processo. Por óbvio que serão bem vindas as contribuições*
740 *que tragam ao debate, mas a condução do processo deve estar exclusivamente a cargo de*
741 *instâncias da própria Universidade. A elaboração de um Estatuto, de um Projeto Pedagógico e*
742 *de um Plano de Desenvolvimento não precisa e não deve dar-se sob a luz dos interesses*
743 *corporativos, ainda que justos, que a tais entidades caiba defender. A partir do diagnóstico de*
744 *tais inconveniências na proposta oferecida, exponho aos colegas o que me parece uma*
745 *metodologia mais adequada: 2) O processo da Estatuínte na proposta que lhes apresento: a) o*
746 *Conselho Universitário elege dentre os conselheiros uma comissão paritariamente composta*
747 *por, por exemplo, cinco docentes, cinco técnico e cinco discentes a qual incumbirá a construir*
748 *uma proposta de um novo Estatuto. Para a construção de tal proposta a comissão estará*
749 *incumbida de buscar informação sobre as experiências de outras instituições de ensino*
750 *superior, bem como organizar audiências públicas, debates e outras atividades do gênero tal*
751 *qual proposto na idéia da Administração. A pauta de tais eventos e os palestrantes e*
752 *debatedores que deles participarão serão definidos pelo CONSUN, ainda que haja sugestões*
753 *de fora; b) elaborada a proposta pela comissão, ela será submetida à deliberação do Conselho*
754 *Universitário, devendo ser aprovada pelo voto de dois terços de seus membros; c) aprovada a*
755 *proposta pelo CONSUN abre-se oportunidade para apresentação de críticas e sugestões por*
756 *parte dos Órgãos Colegiados da Universidade e de quaisquer sujeitos da Comunidade*
757 *Acadêmica; d) submetidas tais críticas e sugestões ao exame do CONSUN, este aprova o texto*
758 *final também pelo voto de dois terços dos seus membros; e) como última etapa do processo, o*
759 *texto aprovado no CONSUN é submetido a referendun de toda a Comunidade Acadêmica. A*
760 *alternativa proposta a meu juízo é melhor porque: 1º) assegura a paridade na composição do*
761 *órgão incumbido de formular a proposta de Estatuto em uma composição tripartite; 2º)*
762 *preserva a competência do CONSUN e assegura-lhe a posição de condutor de todo o processo.*
763 *Um processo Estatuínte não é responsabilidade da Reitoria e nem das entidades de classe, mas*
764 *de toda a Comunidade Acadêmica, portanto deve ser capitaneado pela instância máxima da*
765 *Universidade. Único Órgão onde toda a Comunidade Acadêmica estará de fato representada;*
766 *3º) preserva-se a institucionalidade do processo; 4º) é mais democrática porque subordina a*
767 *vigência do novo Estatuto à aprovação de toda a Comunidade Acadêmica ao invés de exigir*
768 *dela que outorgue uma carta branca a quarenta e cinco eleitos, cujo trabalho não se submeterá*
769 *a controle algum nem por parte do eleitor, que não será mais consultado, nem por parte do*
770 *Conselho Universitário, cujos membros estarão moralmente comprometidos a aprovar, sem*
771 *reflexão, o que vier de tais quarenta e cinco eleitos". Disse que deveriam ter responsabilidade*
772 *enquanto Conselho Universitário de levar adiante a primeira etapa do processo e havia se*
773 *animado a formular esta proposta justamente em função das experiências positivas que tinha*
774 *testemunhado tanto no CONSUN, com a maturidade, com a qualidade dos debates que tinham*
775 *acontecido, quanto nas discussões dos Diretores em relação às matrizes orçamentárias, docentes*
776 *e técnicos onde tinha percebido uma boa vontade geral, um bom senso geral ainda que*
777 *divergissem em um ou outro ponto, todos estavam empenhados em construir uma solução boa*
778 *para a Universidade. Acreditava que não precisavam abdicar da competência no sentido técnico*
779 *da palavra, mas da competência de todos os conselheiros no trato das questões importantes da*
780 *Universidade e achava difícil que o órgão que viesse a ser eleito tivesse a qualidade que todos*
781 *os colegas tinham e o conhecimento que todos tinham da Universidade. Depois ao invés de*
782 *submeter ao eleitor apenas a escolha de nomes, que por mais que a proposta da Reitoria exija a*
783 *apresentação de carta de intenções à semelhança do que acontece na eleição para Reitor, sabiam*
784 *que era difícil que ali houvesse algo de muito concreto, pois não haveria debates e era difícil de*
785 *que o eleitor soubesse com que propostas cada grupo estava realmente comprometido. Ao invés*
786 *de exigir do eleitor que elegeisse nomes e depois perdesse o controle sobre o resultado do*
787 *trabalho desses nomes, apresentariam o eleitor e a toda a comunidade a proposta. A seguir, a*
788 *palavra foi concedida à conselheira Laura que se manifestou dizendo que após a reunião a*
789 *Reitoria havia convocado para conversar com as entidades mesmo com o adiamento da mesma*
790 *eles não haviam conseguido enquanto representação estudantil se sentir confortáveis para votar*



791 na proposta da metodologia da Constituinte, pelo motivo de que mesmo sendo duas semanas
792 antes ou no momento, era final de semestre e para qualquer estudante desta Universidade e
793 acreditava que também para os professores era extremamente complicado que conseguissem
794 reunir e dialogar da maneira da maneira que deveriam com os estudantes. Havia chamado o
795 Conselho de Diretórios Acadêmicos com outra pauta e tiveram de fazer nova chamada que
796 havia ocorrido no dia anterior e neste Conselho de Centros de Diretórios Acadêmicos não
797 obtiveram quórum (metade mais um) e mesmo assim tiveram uma conversa, pois seria saudável
798 terem alguns apontamentos, mas mesmo assim nesta reunião haviam chegado à conclusão de
799 que era muito complicado o DCE defender ou votar alguma proposta nesse momento, sem ter
800 tido o quórum para um dos Órgãos deliberativos da entidade. Iriam ao encontro da fala da
801 conselheira Celeste, no sentido de necessitarem de mais tempo, até mesmo porque cada
802 categoria tem a suas peculiaridades e a categoria dos estudantes tem a peculiaridade de que
803 decidir ou ter um debate amplo, necessita de muito tempo e debate que seja em período letivo e
804 não no período de exames e nem em final de semestre. De pronto o senhor presidente voltou à
805 solicitação da conselheira Celeste que havia pedido espaço para manifestação da ADUFPEL.
806 Consultou os conselheiros se poderiam abrir um pequeno tempo para manifestação da
807 ADUFPEL no que dizia respeito à sua manifestação. A conselheira Márcia Bueno disse que
808 tinha dúvida se poderiam abrir um espaço para a ADUFPEL entrar em outro tema, ao que o
809 senhor presidente respondeu que se tratava do mesmo tema. A seguir foi concedida a palavra ao
810 Professor Eduardo Luis Barbin, representante da Faculdade de Odontologia na ADUFPEL, para
811 fazer sua manifestação: disse que haviam feito uma assembléia geral em setembro e iria tentar
812 ser fidedigno com o que havia sido definido na reunião pela assembléia geral. Foi decidido pelo
813 voto, que a ADUFPEL solicitaria uma abertura de espaço para o representante ou para a
814 Associação nesta discussão da Estatuante, com o objetivo de debater alguns pontos como, por
815 exemplo, a metodologia da Estatuante, porque a ADUFPEL entendeu nas discussões que vários
816 pontos da metodologia necessitavam ser discutidos e, se possível, alterados. Debater o conteúdo
817 político, ideológico, pedagógico e filosófico contido no texto de apresentação desta Estatuante,
818 porque no debate da assembléia geral da ADUFPEL entenderam que o texto da Reitoria que
819 esclarecia sobre a metodologia ou fazia uma introdução sobre esta Estatuante, ele continha
820 diretrizes, direcionamentos filosóficos ideológicos e que isso precisava ser discutido e se
821 possível iniciar esse processo sem nenhum posicionamento ideológico. Exigir um
822 posicionamento da Reitoria sobre os encaminhamentos da ANDIFES contidos na sua lei
823 orgânica das Universidades Federais que antes de iniciar esse procedimento que é a Estatuante,
824 que, portanto, a Reitoria se manifestasse, se posicionasse com relação à Lei Orgânica da
825 ANDIFES com relação às Universidades Federais, pois ela poderia influenciar esse processo.
826 Solicitar, concluindo, que nada fosse votado antes de um amplo debate principalmente com
827 relação à metodologia dos trabalhos. Por fim, a assembléia também entendeu que o assunto da
828 EBSEH era prioritário e deveria ser discutido antes do assunto Estatuante. O senhor presidente
829 disse que quanto aos esclarecimentos que haviam feito quanto à Lei Orgânica poderiam ser
830 feitos oportunamente inclusive ao CONSUN, por ser muito importante. A seguir concedeu a
831 palavra ao conselheiro Edar Añaña, que iniciou sua fala dizendo de sua surpresa quando
832 constatou que a Reitoria havia enviado alguns convites às duas entidades sindicais para que
833 intermediassem, encaminhassem ou que se portassem como protagonistas desse processo antes
834 mesmo do CONSUN decidir a metodologia. Ficava um pouco surpreso, não que o Reitor
835 precisasse de sua outorga para se reunir com os sindicatos, mas na última reunião haviam
836 recebido a proposta de metodologia, ficaram de estudar e na próxima reunião encaminhariam
837 discussões, destaques, como estavam fazendo naquele momento. Portanto, qualquer iniciativa
838 no sentido de legitimar a presença de dois sindicatos, duas entidades privadas, na condução dos
839 destinos da Universidade precisaria no mínimo ter colhido a outorga do Conselho. Acreditava
840 que havia acontecido um avanço um pouco precipitado. Disse que o conselheiro Gastal havia
841 sido muito feliz em sua fala quando pontuou algumas questões referentes ao método que a ele
842 também preocupava. Esta questão de voltar à discussão política, a fazer efervescer novamente a
843 Universidade no momento em que recém estavam sedimentando o caldo e que tantos processos



844 ainda estavam carentes de ser completados, nas políticas de longos prazos, como orçamentos,
845 matriz docente, projetos pedagógicos, a questão da privatização do hospital, enfim, *ene* coisas.
846 Tudo o que não precisavam era parar a Universidade para ficar debatendo em praça pública,
847 ideologicamente, sedimentando plataforma pensando em eleição para Reitor ou coisas
848 semelhantes, pois seria um desperdício de tempo, energia e oportunidade. A ele preocupava
849 também a questão da terceirização das atribuições do Conselho. Também aqui o conselheiro
850 Gastal havia sido muito feliz quando disse que o Conselho durante muito tempo havia abdicado
851 de sua soberania e agora, a proposta que vinha da Administração ia exatamente no sentido da
852 privatização das atribuições do Conselho, propondo, antes de mais nada, entregar entre outros
853 parceiros, a condução do processo a duas entidades privadas que têm interesses próprios e que
854 fazem muito bem e defendem com propriedade os interesses dos seus filiados e é assim que tem
855 que ser, pois sindicatos existem para isso, mas são entidades privadas e se nós somos contra a
856 privatização da saúde e o próprio Reitor foi contra por um certo tempo, nossa atribuições, pois
857 não podemos privatizar o Conselho, e este deve debater com cuidado. Será que devemos
858 entregar um cheque em branco a duas entidades privadas? Por que um Conselho que tem
859 legitimidade deve passar adiante referendar aquilo que vier a ser feito alhures? Isto é uma
860 questão que precisava ser discutida e o surpreendeu saber que as entidades já haviam sido
861 convidadas e coisas desse gênero. Outra questão também de método que também o preocupava,
862 mas acreditava que ainda não era o momento, e com isso concordava com o conselheiro Fabio,
863 era a questão do Reitor ter assento nato nessa possível comissão de notáveis que iria se formar,
864 pois no momento em que o Reitor tiver assento nato lá ele se tornaria senhor de dois mundos, e
865 com isso poderia colocar esses dois mundos um contra o outro e aprovar o que quisesse. Isso
866 nem o Collor tentou coisa semelhante, tentar fazer uma Constituinte para que ele próprio fosse
867 o condutor, mas não era o momento de discutir, pois existiam questões de fundo para pensar e
868 levar e concordava com a professora Celeste que dizia existirem coisas mais urgentes para votar
869 e poderiam discutir por dentro das prerrogativas que o Conselho tem. Após essa fala o senhor
870 presidente passou a palavra para o conselheiro Odir, que disse acreditar importante a discussão
871 que estava sendo feita naquela reunião, que havia se estabelecida no Conselho e acreditava que
872 a preocupação em relação à revisão do Estatuto e do Regimento da Universidade era pertinente
873 e talvez até atrasada, pois haviam demorado demais para começar e acreditava que teriam sim
874 que andar com um passo um pouco acelerado, pois do contrário iriam passar anos talvez até
875 conseguirem chegar a um produto final. Acreditava que a intenção da Administração em trazer
876 uma proposta para apreciação era louvável assim como a preocupação em que fosse um
877 processo discutido, democrático, que envolvia toda a comunidade, porém gostaria de
878 cumprimentar o conselheiro Gastal pela elegância como ele havia apresentado argumentos que
879 deixavam claro que o protagonismo deveria ser sim do Conselho Universitário. Desde o
880 primeiro momento pensava desta forma e nas últimas semanas tivera oportunidade de conversar
881 com vários colegas de sua e de outras Unidades, que haviam reforçado sua posição: acreditava
882 que o conselho Universitário tinha obrigação legal de revisar Regimentos e Estatutos. Naquela
883 reunião, em vários momentos, a legalidade havia sido exaltada. A Administração anterior havia
884 cometido atos ilegais e eles deveriam ser legalistas em alguns aspectos, mas poderiam abdicar
885 da legalidade e agir de forma totalmente informal por um outro caminho em uma outra situação
886 acreditava que não. Acreditava que o Conselho era representativo de todas as Unidades e esse
887 Conselho podia protagonizar uma discussão ampla, democrática, que envolvesse toda a
888 Universidade, todas as Unidades, todos os setores, os segmentos. A proposta que o conselheiro
889 Gastal apresentara de indicar uma comissão que trouxesse um esboço, um rascunho para ser
890 discutido no Conselho, era perfeita e acreditava que teriam situações em que haveria consenso,
891 pontos, artigos nesse novo Regimento e Estatuto que seria consenso entre toda a Comunidade e
892 estes seriam aprovados e haveriam pontos que não conseguiriam chegar a dois terços de
893 aprovação e esses pontos poderiam levar a uma consulta à Comunidade e uma votação ponto a
894 ponto, levando as diversas opções e consultando a Comunidade, sendo um processo
895 democrático e que iria qualificar o produto final, que iria também se comprometer a
896 Comunidade Universitária, porque iria ser partícipe do processo como um todo. Não iria

At.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 09/2013 – FLS. 18 de 23

897 precisar se envolver em uma disputa eleitoral antecipada para indicar pessoas que daí então
898 iriam conduzir o processo e trazer o produto final. Não, o conselho Universitário deveria ser o
899 protagonista e sua posição era nesse sentido, de que não abdicassem de suas responsabilidades.
900 Logo a seguir o conselheiro Sergio se manifestou dizendo que como representante dos
901 coordenadores de pós-graduação até mesmo antes de fazer a discussão entre os coordenadores,
902 fizeram uma discussão dentro do CDTEC, Unidade a que pertencia, e depois encaminharam suas
903 idéias para os coordenadores de pós-graduação, que ele representava. Havia recebido retorno de
904 uma grande maioria dos coordenadores sobre a opinião do Centro, que seria de fazer a
905 Constituinte dentro do Conselho Universitário que é sua atribuição e reforçando a opinião dos
906 demais colegas que já haviam colocado desta forma. Acreditava que vários colegas, de 40
907 programas de PG não houve em nenhum momento alguém que dissesse que teriam de
908 terceirizar a Constituinte e acreditavam que esta deveria ocorrer dentro do Conselho
909 Universitário, que é o Órgão que representa a Universidade. O senhor presidente de pronto
910 passou a palavra ao conselheiro Pedro Halal que em primeiro lugar manifestou que havia
911 enviado um assunto que refletira em uma discussão coletiva que havia se iniciado na ESEF e
912 que de qualquer maneira não representava a ESEF, mas havia começado com alguns colegas da
913 ESEF e depois havia sido ampliada para outras pessoas, mas a primeira coisa queria deixar bem
914 claro que tão logo havia saído da reunião do Conselho Universitário havia começado a pensar
915 no assunto e discuti-lo. Parabenizou a Administração por trazer o assunto e de sua parte
916 discordava completamente com o que diziam que este não era o assunto mais urgente para o
917 momento, pois havia ficado o ano anterior inteiro envolvido em eleição para a Reitoria e esse
918 era o assunto mais demandado pela Comunidade da Universidade. Disse que Administração
919 havia trabalhado em uma perspectiva metodológica baseada numa idéia de que esta proposta
920 teria uma comissão externa ao Conselho. Na atual reunião havia chegado uma proposta do
921 conselheiro Gastal, com a qual havia simpatizado muito, mesmo tendo ouvido pela primeira
922 vez, de que esta discussão deveria sair por dentro do Conselho. Esta era uma decisão muito
923 inicial para que depois pensassem na metodologia. Claro que não tinham como na presente
924 reunião jogar em uma encruzilhada a proposta da Administração e a do conselheiro Gastal, pois
925 elas partiam de idéias diferentes. Se a decisão fosse que essa discussão seria feita com a
926 subcomissão do Conselho, então poderiam pensar qual seria a melhor metodologia. Se saísse
927 uma definição de que iriam eleger uma comissão, pensariam na metodologia da Reitoria e
928 outras poderiam ser propostas. Isso era fundamental. Outra coisa que gostaria de reforçar era a
929 defesa e ficava bem satisfeito, pois até o momento não ouvira nenhuma manifestação contra a
930 idéia da paridade, mesmo sendo no Conselho, a proposta do conselheiro Gastal tinha de muito
931 interessante, de manter a paridade, mesmo sendo por dentro, e acreditava que o ponto mais
932 interessante da discussão era o que era melhor: um referendado de idéias ou uma eleição de
933 nomes? Ele se sensibilizara imediatamente com o argumento do conselheiro Gastal. Melhor
934 seria um referendo de idéias, então que tirassem uma comissão de dentro do Conselho e esta
935 trabalhasse ouvindo a Comunidade, da forma proposta e que o texto final fosse referendado
936 pelo Conselho, pois todos conhecem os egos da Universidade e de outras, que não são
937 diferentes, e sabiam que se entrassem em um processo eleitoral naquele momento ou dali há
938 seis meses atrapalharia bastante o trabalho e já havia manifestado isso na outra vez,
939 especialmente o trabalho da Administração. Acreditava que um processo todo iria evitar trancar
940 várias idéias que a Administração estava tendo. Preferia muito mais ter um grupo trabalhando
941 nisso, com uma dedicação grande e esse grupo teria seus textos discutidos e referendados no
942 Conselho e depois na Comunidade que é a instância final. Disse que na presente reunião não se
943 sentia a vontade de votar com a metodologia apresentada. Independente da proposta vencedora,
944 acreditava ser fundamental pensar com muita calma no método de dedicação das pessoas que
945 iriam tocar o trabalho, sendo uma comissão interna ou eleita. Sendo servidor, docente ou
946 servidor, deveria ter um "x" de horas para trabalhar no assunto, pois estava entendendo isso
947 como um imenso trabalho de pessoas que iriam ajudar a melhorar a Universidade para a frente
948 e isso era o mais urgente de tudo. O conselheiro Andrew fez uso da palavra dizendo que em
949 primeiro lugar gostaria dizer que os conselheiros discentes poderiam estar colocando

★



950 posicionamentos deles ou do DCE, mas que infelizmente não se sentiam a vontade como
951 gostariam na medida em que não haviam conseguido expandir essa discussão dentro da
952 categoria a qual representavam em função do período em que se passou a ter essa discussão. Os
953 estudantes tinham uma característica muito específica de que em período de avaliações finais,
954 exames e férias não tinham como discutir por falta de quorum. Esta era uma crítica que tinham
955 a fazer, pois a discussão deveria acontecer em um período em que os estudantes pudessem
956 expandir a discussão com a Comunidade Estudantil. Com relação às falas de que o Conselho
957 estaria abrindo mão do seu dever de avaliar reformas Estatutárias e Regimentais, entendia que
958 textos bases seriam construídos pelo conselho Universitário para serem avaliados por uma
959 comissão eleita pela Comunidade Universitária e não via o Conselho abrindo mão de suas
960 atribuições. Entendia que a discussão deveria ser feita por fora deste Conselho, por uma
961 comissão aparte. A discussão pedagógica levantada no Conselho deveria ser discutida a parte.
962 Solicitou que as datas fossem revistas, para que os alunos pudessem participar da discussão. A
963 seguir foi concedida a palavra ao conselheiro Bretanha disse que não restava dúvidas que
964 deveriam aprofundar a discussão do tema neste Conselho, pois estavam apenas iniciando, mas
965 concordava com a proposta do conselheiro Gastal, que tinha sido a melhor contribuição em
966 termos de discussão sobre a reforma do Estatuto, ou seja, Estatuinte. Temos um Regimento e
967 um Estatuto. O regimento normatiza o rito administrativo da Universidade e entendia que se
968 tratava de uma Estatuinte e a proposta do conselheiro Gastal na reforma de um Estatuto e de um
969 Regimento. Primeiro eleger uma metodologia, segundo a elaboração de um documento e a
970 terceira a apreciação pela Comunidade esse documento tem de ser aprovado por dois terços o
971 que leva a esgotar a discussão ouvindo a Comunidade e naqueles temas que não conseguissem
972 dois terços a postura e a decisão da Comunidade e o maior ato democrático com certeza
973 submeter à aprovação na Comunidade. Que este tema fosse tratado em reuniões especiais e não
974 em final de tarde após quatro horas de discussão de outros temas e muito menos em períodos de
975 férias, pois desta reforma depende o futuro desta Instituição e a proposta do conselheiro Gastal
976 não desconsiderava o Conselho passa pela metodologia de discutir. Por falar em metodologia,
977 em cinquenta universidades criadas na década de sessenta e setenta praticamente a única que
978 até então não reformou seu Regimento foi a UFPel, na discussão da metodologia o
979 conhecimento acumulado por outras universidades e que procedimentos haviam adotado para
980 discutir seus Regimentos metodologia que contemple democracia aproveitando experiências de
981 outras universidade. Inclusive passa por esta discussão, a comissão se debruçar em cima de
982 outras propostas de Regimentos de outras universidades. A maior polêmica que temos na nossa
983 universidade é a distribuição de recursos, sendo técnicos, orçamento e docentes. A UFMG criou
984 o Conselho de Diretores, onde distribuição de recursos, avaliação quanto ao mérito e a proposta
985 é do Conselho de Diretores, que é quem realmente gerencia recursos na universidade, sendo a
986 proposta submetida ao Conselho Universitário. Na UFPel, quando se tem recursos cria uma
987 comissão que discute e não consegue implementar, como tem sido o caso da matriz de vagas
988 docentes, que tem sido discutida em duas administrações, sem sucesso. A conselheira Márcia
989 Bueno falou que concordava com os colegas que a haviam antecedido, pois haviam saído de um
990 processo eleitoral rico e muito desgastante, pois tiveram seis chapas, com discussões amplas,
991 onde os ânimos haviam se acirrado o que era natural, evidente por ser um processo eleitoral,
992 mas acreditava que estava na hora de serenarem os ânimos e construir um processo grande que
993 iria empurrar a Universidade para frente e dar suporte para quem assumiu a gestão da
994 Universidade, pois havia sido escolhido por todos. Como o conselheiro Gastal havia escrito no
995 seu texto, acender os holofotes com um processo eleitoral novamente seria desgastante para
996 todos e mais para quem estava na Administração, que ficaria ofuscada por estes holofotes
997 voltados para um processo eleitoral acirrando os ânimos e esse coletivo que estava sendo
998 construído deixaria de existir. As matrizes iriam parar de ser discutidas entre todos e esta nova
999 consciência que percebia incipiente temia que isso fosse dissolvido em um processo eleitoral
1000 para formar uma Estatuinte. Também reforçava a idéia de que as Instituições devem ser fortes e
1001 vinha batendo há muito tempo. Os conselhos Departamentais, as Unidades, o COCEPE, o
1002 conselho Universitário têm de ser fortes e mais fortes do que os seus Diretores e seus Gestores,

AT .



1003 pois isso é o que faz a Universidade. As Administrações passam e as Instituições ficam e temos
1004 de fortalecer este Conselho. Talvez se tivessem assumido o papel efetivo como conselheiros
1005 muitos dos problemas que acontecem atualmente não tivessem acontecido. Reforçou a proposta
1006 do conselheiro Gastal e acreditava que ela era a mais democrática, a que melhor iria colaborar
1007 para que construíssem uma Universidade dentro do ânimo de colaboração, de cooperação, de
1008 respeito e acreditava que era por isso que ela deveria ser considerada por este Conselho.
1009 Aproveitou para cumprimentar a Administração pela iniciativa de trazer esta proposta de fazer
1010 uma Estatuinte. A conselheira Tereza, como representante dos Técnicos administrativos tinha
1011 apenas uma proposta e como a proposta do conselheiro Alexandre havia chegado na reunião,
1012 não tinha como votar. Deveria levar novamente aos seus pares. Pensava que houve um avanço,
1013 porque dizer que as Instituições representantes são terceirizações não pode ser. Todos são
1014 votados e ninguém chega à Direção sem ser votado então são legalmente representantes e
1015 acreditava que havia sido um avanço da Reitoria fazer o processo por dentro das Instituições
1016 legais que representam toda a comunidade desta Universidade. Pelo fato de ter sido apresentado
1017 outro texto, não faria suas considerações. Solicitou que nas próximas reuniões do Conselho,
1018 quando alguém desejar colocar algum texto, que envie ao Conselho antecipadamente, pelo
1019 mínimo com quarenta e oito horas os conselheiros deveriam ter acesso aos textos e estes
1020 passarem pelas representações. A conselheira Luciane disse que havia conversado pouco dentro
1021 da sua Unidade e pouco frente à relevância da questão e considerava que era uma questão muito
1022 importante para a Universidade e que precisavam falar mais sobre ela. Primeira coisa que
1023 acreditava importante era que a definição de uma metodologia refletia uma concepção da
1024 Universidade e também era uma definição ideológica. Não estavam apenas votando uma
1025 metodologia e sim uma concepção, tanto que para ela existiam claramente duas concepções
1026 bastante diferentes nas propostas apresentadas e isso era importante para não pensarem que era
1027 apenas um jeito de fazer. Não compreendia que pudessem ter um texto isento de uma
1028 compreensão do que era a Universidade. A idéia de seminário deveria iniciar por aí. A segunda
1029 coisa que queria dizer era que tinha uma expectativa de que sem discutir muito as concepções
1030 que estavam por trás de ser uma eleição do Conselho ou via representantes eleitos na
1031 Comunidade de que a comissão fosse um espaço disparador e que pudessem construir um
1032 processo não referendado pela Comunidade, mas sim que a Comunidade pudesse apresentar
1033 propostas de mudança e propostas na verdade para o Estatuto. Acreditava que era importante o
1034 que o conselheiro Bretanha falara de outras experiências e a própria FURG que havia criado
1035 uma proposta de Estatuinte, criou uma metodologia onde determinados grupos com um número
1036 x de servidores docentes ou técnico-administrativos ou estudantes poderiam fazer adendos e
1037 apresentação de propostas. Então qualquer que fosse a forma, tinha uma expectativa de que esta
1038 seria um dos fatos mais importantes que iria propiciar maior debate para o Conselho e maior
1039 crescimento de todos enquanto Universidade. Por isso gostaria que fosse o mais aberto possível
1040 e para isso precisavam um pouco mais de tempo. O conselheiro Osório fez sua manifestação
1041 dizendo que queria na verdade trazer uma pequena contribuição, especialmente quanto à
1042 questão da urgência que acreditava ser algo que precisavam ter presente que na verdade essa
1043 não era uma questão menor. Ela era essencialmente uma questão balizadora da Universidade.
1044 Se naquele momento se perguntassem: Universidade Federal de Pelotas, qual o rumo? Era
1045 muito possível que se perguntassem dentro do Conselho Universitário, tivessem sessenta
1046 respostas diferentes, porque a Universidade não tinha isso definido, não tinha PDI, tinha
1047 Estatuto e Regimentos completamente ultrapassados. Nessa situação o grande questionamento
1048 que deveriam se fazer era afinal, que importância tinha termos a definição do que a UFPel quer
1049 ser? E de que maneira queriam que essa definição fosse tomada? Pensava que para serem uma
1050 comunidade que trabalhava colaborativamente e que tivesse condição de ser efetivamente
1051 protagonista, deveriam definir o rumo coletivamente. Não era possível que a Universidade não
1052 definisse esse rumo sem a participação da comunidade interna e da Comunidade externa.
1053 Naquele momento estavam gerando graves prejuízos aos cursos de graduação porque
1054 simplesmente não havia conexão entre os PPCs de cada curso e o Projeto Institucional, dado
1055 que este não existia. Os cursos estavam sendo penalizados nas avaliações externas, porque os

A.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 09/2013 – FLS. 21 de 23

1056 avaliadores não conseguiam enxergar conexão nenhuma. De uma certa maneira era muito
1057 constrangedor para a UFPel dizer que não tem projeto. Era preciso que tivessem claro que essa
1058 era uma questão que se revestia de uma urgência absoluta. Ela não estava sujeita a uma questão
1059 opinativa. Todo o serviço público e, em especial, uma Instituição de Ensino tinha de ter
1060 muito claro quais eram seus compromissos com a sociedade. Somos uma Instituição social e,
1061 portanto, tinham de ter todo o cuidado para que conseguissem expressar para si e até para
1062 organizar o trabalho e fazer com que as energias fossem canalizadas para estes objetivos, como
1063 para a comunidade externa a quem deviam, sem dúvida, explicações, prestações de contas e
1064 assim por diante. Assim como para os órgãos de controle. Especialmente para o Tribunal de
1065 Contas que tinha de maneira sistemática nos perguntado o que fazíamos com o dinheiro posto
1066 aqui face à Instituição autonomamente estabelece. Entendia que seria fundamental que todos
1067 pudessem ter clareza de que essa era uma pauta para lá de urgente. Ela já era uma pauta
1068 emergente e não tinham como adia-la. Significava dizer que todos teriam, a partir do
1069 reconhecimento de tal situação, que colocar isso como prioridade absoluta. Os PPCs dos cursos,
1070 na média em que tivessem o Plano Institucional, principalmente o PPI, todos deveriam ser
1071 revistos, pois o PPI anunciará um perfil de egresso e uma concepção de formação acadêmica a
1072 partir dos compromissos que a Universidade tem com a sociedade. A partir do momento que
1073 anunciasses isso no PPI, todos os cursos deveriam, respeitada a peculiaridade de sua área de
1074 conhecimento, se coadunar a isso, se alinhar a isso, porque não se pode anunciar um perfil de
1075 egresso no Projeto Pedagógico Institucional e os cursos trabalharem com coisas completamente
1076 diferentes. A Universidade precisa, partir de decisões maiores, ter unidade no processo de
1077 construção do processo ensino/aprendizagem e não tinham como fugir a isso. A ele parecia que
1078 essa era uma questão fundamental. Quando se diz que a Universidade precisa ter um Plano
1079 Diretor de Desenvolvimento Sustentável, como se consegue fazer Plano Diretor sem ter um
1080 Projeto Institucional? Seria possível? Há uma série de questões que são absolutamente
1081 encadeadas. Como as Unidades Acadêmicas poderão fazer seu planejamento se não tiver um
1082 grande orientador Institucional para isso? Não trabalhamos com a idéia de que as Unidades
1083 acadêmicas refletem aqui uma percepção de que a Universidade é uma enfileiração de
1084 Unidades. O que concretamente acontece é que a UFPel é uma e que todas as ações devem estar
1085 conectadas, sob penas de atingirem objetivos completamente diferentes e talvez, não raro, estes
1086 objetivos sejam contraditórios. A ele parecia que colocar a questão de construir um Projeto
1087 Institucional, e se arriscava a dizer que a questão de Estatuinte e Constituinte era absolutamente
1088 secundária, diante da grande tarefa que tinham, além do mais poderiam dizer que o termo
1089 Constituinte poderia ser usado sem nenhum tipo de constrangimento, porque estavam
1090 repensando a Universidade. Recentemente a UFB havia feito um processo semelhante a este
1091 pensando em refundar a Universidade, porque a universidade precisava reler o mundo onde ela
1092 estava inserida e verificar quais os desafios que ele tem que assumir. Estas questões parecem
1093 ser extremamente urgentes, delicadas e que iriam exigir tempo e envolvimento. Não tinha
1094 possibilidade de saírem na ponta de lá com um belo projeto de universidade que a todos
1095 encantasse e envolvesse e comprometesse se não tivessem a possibilidade de ter tempo de se
1096 dedicarem a isso. Ao compreenderem isso deveriam evitar ao máximo atitudes protelatórias,
1097 pois as experiências que já havia vivido tanto na UNIPAMPA, UNILA e na UFPel, quando na
1098 primeira gestão em que havia participado como Pró-Reitor, lhe diziam que esses processos
1099 eram lentos e que precisam ter início, meio e fim a despeito de serem lentos, mas exigiam uma
1100 disciplina muito grande de participação, com compromisso de leitura, adentramento em textos e
1101 experiências de outras universidades para que conseguissem fazer aquilo que temos
1102 responsabilidade. Esta comunidade anunciar a partir dos referenciais públicos que temos e de
1103 educação pública como compromisso social, qual é a universidade que precisamos fazer.
1104 Queria fazer um apelo, pois todos acreditam que fazer planejamento na universidade é uma
1105 necessidade, mas a pergunta óbvia é a seguinte: é possível fazer planejamento sem ter um
1106 Projeto Pedagógico Institucional. Acreditava que isso ficava profundamente castrado para a
1107 concepção de Planejamento Institucional que queriam adotar. O conselheiro Fabio Cerqueira
1108 teve a palavra concedida e falou que corroborando as falas dos colegas Bretanha, Odir, Márcia,

A1.



1109 Alexandre, Pedro queria se posicionar favoravelmente à proposta do conselheiro Alexandre
1110 sem que necessariamente concordasse com ela na sua integralidade e sem que necessariamente
1111 concordasse com todos os argumentos colocados por alguns colegas favoráveis à mesma
1112 proposta. Pediu licença ao conselheiro Edar para discordar do uso de algumas palavras, mas as
1113 metáforas não haviam sido felizes em comparar as nossas entidades representativas com
1114 privatização, por mais que do ponto de vista legal elas tenham lá no cartório uma natureza de
1115 entidade diferenciada, mas elas são de todo participantes do nosso processo e mesmo que
1116 compartilhasse de algum modo da colocação do conselheiro Alexandre que não poderiam abrir
1117 mão da liderança da condução desse processo por parte do CONSUN, ele não achava que
1118 necessariamente eles não poderiam ter a presença delas enquanto entidades, não
1119 necessariamente na condução do processo, mas na medida em que exatamente pela natureza de
1120 entidades elas têm um olhar sobre várias questões, que muitas vezes eles, como professor ou
1121 como administrador, não tinham e que seria uma contribuição que teria muito a enriquecer o
1122 processo de discussão. Não acreditava que a participação dos sindicatos enquanto entidades
1123 significava como sindicalização do processo de debate e nem fiar refém de uma visão que seria
1124 corporativa, pois se fosse nesse sentido ele seria contrário. Se fosse dizer que o corporativismo
1125 do sindicato iria contaminar o processo, seria contrário, mas isso não era um rumo necessário.
1126 Um dos pontos que criticavam do passado era a falta de democracia e a não valorização do
1127 Conselho Universitário e precisavam cuidar para não repetir isso e ficarem com intervalos
1128 grandes sem reuniões. Dentro dessa reflexão entendia que uma coisa poderia ser um canto de
1129 sereia e poderia parecer muito mais democratizador abrir mão e delegar a uma instância
1130 paralela, porque fica edulcorado por uma série de adjetivos que podem parecer mais
1131 democráticos. O apelo a uma instância paralela que no primeiro momento parece fortalecer o
1132 processo participativo de debate, tendia a ver como um o fortalecimento do poder central dentro
1133 da Universidade, independente de que ela vá vingar da pior das formas que seria que o mesmo
1134 que preside o poder dentro da Universidade vá ter um assento nato dentro dessa comissão
1135 paralela. Historicamente as democracias sempre ficaram prejudicadas quando a ordem dos
1136 órgãos participativos consolidados são jogadas para um plano de mera formalidade e a
1137 regimentação das vontades de fato são jogadas para as instâncias paralelas. Temia muito e o
1138 que via era que depois de uma grande discussão em prol da democratização, não via isso como
1139 caminho para a democratização e sim um atalho para um canto de sereia. Não entendia que a
1140 proposta do conselheiro Gastal significava tirar o protagonismo propositivo da comunidade dos
1141 estudantes, técnicos e setores externos, mas no sentido de organizar um processo de construção
1142 e construir uma metodologia que deve ser organizada. Havia um primeiro passo e que não era
1143 neutro de terem um primeiro passo de escolher um grupo organizado dentro ou fora do
1144 Conselho. Precisavam discutir a metodologia de como o grupo iria operar. Não entendia o texto
1145 do conselheiro Gastal. Acreditava que o texto, por mais elegante e racional nesse ponto falhou
1146 um pouco em colocar uma comissão escolhida dentro do Conselho, significando a valorização
1147 do Conselho mantendo a coordenação desse processo, não significava que ele iria redigir um
1148 texto e submeter a todos. Pelo menos na sua visão ele construiria uma metodologia de alimentar
1149 esses debates dentro da comunidade em que ela nas suas diferentes instâncias não perdesse o
1150 seu protagonismo propositivo. E discordando do conselheiro Edar, acreditava sim que as
1151 entidades têm protagonismo propositivo fundamental que não significava dar um vício de
1152 corporativismo ao debate, que fosse alimentar o novo Estatuto, o novo Regimento, porque
1153 acreditava que precisavam evitar esse viés corporativista. Finalmente o conselheiro Andrew
1154 disse que havia se inscrito para fazer uma complementação de sua primeira fala e decidira falar
1155 mais algumas coisas. Achava engraçado questionarem a legitimidade dos representantes de
1156 categorias enquanto partícipes do processo de construção, pois tinham no Conselho membros
1157 eleitos pelas categorias, que são, tirando o DCE, que era uma questão que pretendiam resolver
1158 ainda neste mandato com relação às eleições dos conselheiros, as outras categorias tinham
1159 eleições de conselheiros independentes de entidades, embora se reunissem em assembléias para
1160 defender os interesses da categoria. Tinham no Conselho Pró-Reitores que representavam a
1161 Administração. Diretores que representavam Unidades. As categorias representam a

A.



1162 Comunidade Universitária de forma geral e querer questionar isso dizendo que seria uma
1163 privatização ou qualquer coisa nesse sentido não caberia. As categorias por ter esse caráter de
1164 representação universal tem necessidade de debater com suas comunidades estas questões. Esse
1165 debate entre uma discussão feita a partir de uma comissão interna do conselho ou uma comissão
1166 externa não foi levado para as categorias. Os estudantes haviam feito uma discussão muito
1167 pequena e tiraram algumas decisões que não iria apresentar naquele momento, pois precisava
1168 ser feito primeiro um maior debate e concordava com o conselheiro Fabio no sentido de que
1169 essa cara parlamentarista era muito boa e muito democrática, mas nunca se viu em nenhum
1170 momento um parlamento debater sua própria reforma. Esse era o ponto que questionava. Não
1171 era questionar a legitimidade do Conselho debater a reforma do Estatuto, mas dentro do
1172 Estatuto está a reforma do próprio Conselho. Essa era a reflexão que fazia e exatamente por isso
1173 que fazia coro á proposta da Celeste de que fizessem essa discussão ampliada e as categorias
1174 pudessem debater essa questão fundamental e outras questões também fundamentais, mas
1175 dentro dos pontos que haviam tido previamente com os estudantes um que se faz necessário o
1176 registro pois vai de encontro e era quase consenso em todas as falas que não houve objeção em
1177 relação a isso que no final dos trabalhos seja uma comissão interna ou externa que o resultado
1178 do trabalho seja submetido à comunidade novamente, mesmo que ela tenha eleito uma
1179 comissão para fazer isso ou se definirem que seria o Conselho a definir esta comissão, que esse
1180 conteúdo final seja remetido à Comunidade Acadêmica e quanto a isso tinha convicção de que
1181 era o posicionamento dos estudantes. A partir das falas o senhor presidente disse que defendia
1182 que existiam encaminhamentos que não se complementavam no que dizia respeito a forma
1183 como iriam encaminhar o processo Constituinte na UFPel, mas era importante e salutar dizer
1184 que não havia nenhuma dúvida de que fariam um processo constituinte e tinham um grande
1185 consenso que poderiam extrair desse debate, pois todos haviam compreendido a importância de
1186 fazer um a reestruturação geral no Estatuto e Regimento. Era imprescindível que o quanto antes
1187 tivessem um Projeto de Desenvolvimento Institucional, inclusive para que os cursos pudessem
1188 ter uma nota maior e os que estavam conseguindo estavam muito calcados na qualificação
1189 docente e no seu Projeto Pedagógico específico. Disse que rapidamente havia pensado na
1190 possibilidade de caminharem nesse processo era que precisavam efetivamente de um debate
1191 mais acurado, inclusive no que dizia respeito à quem seriam os protagonistas efetivos para a
1192 produção dos documentos oficiais que seriam ofertados à Comunidade para debate, mas a ele
1193 parecia que poderiam destacar uma parte da proposta da administração que parecia ser
1194 contemplada na fala da conselheira Vanessa, Celeste e Luciane e esperava que não estivesse em
1195 contraditório com a fala do conselheiro Gastal que havia sido elogiada por vários conselheiros,
1196 que era justamente a parte que haviam colocados apreciando o processo Constituinte que dizia
1197 respeito às discussões temáticas. Estas, pela metodologia visavam justamente subsidiar a
1198 Comunidade, chamar a Comunidade para o debate e mostrar a importância dos temas e discutir
1199 as questões que eram estratégicas para o Estatuto e para o Projeto Pedagógico e que eram
1200 comuns a todos os Processos que tivessem ocorrido. Eram questões chaves que gostaria de ler
1201 naquele momento: execução de um programa de debates, com a participação de especialistas de
1202 renome abordando as seguintes questões: Universidade e sociedade na contemporaneidade; O
1203 perfil do egresso e a concepção de formação acadêmica; O desafio da ampliação do acesso e a
1204 permanência com qualidade acadêmica; Articulação entre ensino, pesquisa e extensão como
1205 base formativa; O perfil docente do técnico-administrativo em educação e a política de
1206 desenvolvimento profissional e A estrutura universitária e a democratização da gestão frente à
1207 concepção de formação acadêmica. Na verdade seriam seis seminários e se os conselheiros
1208 acordassem seriam incluídos no calendário acadêmico do próximo semestre para que toda a
1209 Comunidade pudesse participar. Deveria ser chamada a Comunidade para participar do debate e
1210 a Administração criaria a possibilidade com o compromisso do debate que havia sido feito
1211 naquela reunião ser sistematizado e repassado aos conselheiros e este seria pautado novamente
1212 no CONSUN, com mais tempo para depois, com o recebimento por parte de todos os
1213 conselheiros das propostas sistematizadas e poderem se debruçar na tarefa de debater a
1214 metodologia. A conselheira Celeste disse que era importante trazerem olhares diferentes sobre



1215 o mesmo tema e reafirmou que havia temas importantes na Universidade que precisavam ser
1216 votados e que estavam sendo protelados. Disse que gostaria que o Reitor em algum momento
1217 trouxesse. A conselheira Márcia Bueno disse que tinham duas propostas sobre a metodologia da
1218 Constituinte e sugeriu que as duas fossem levadas para seus pares e a partir daí deliberassem
1219 sobre qual delas utilizar e com relação aos seminários estes estavam colocados nas duas
1220 propostas. Os temas apresentados eram pertinentes, mas deveriam ser colocados como idéias. O
1221 conselheiro Alvaro disse que deveriam pautar outra reunião com pauta exclusiva. A conselheira
1222 Luciana disse que a mesa estava dando um bom encaminhamento que eram os seminários
1223 temáticos e concordava que os assuntos deveriam ser debatidos e não apenas seminários. O
1224 conselheiro Pedro disse que o mais certo seria na próxima reunião trazerem propostas de temas,
1225 datas e sugestão de nomes de palestrantes. Ficou definido que seguiriam com a idéia de avançar
1226 com os seminários. A questão que deveria ser destacada era o fato da importância de terem tido
1227 a possibilidade de avançar nos debates e trazer pessoas para avançar nesses temas e exercer o
1228 contraditório. Sugeriu que pudessem avançar nos seminários e colher sugestões de pessoas que
1229 fossem comprometidas com o trabalho. O conselheiro Gastal sugeriu que a Reitoria poderia
1230 convidar as pessoas para falar e poderiam discutir na próxima reunião sobre a metodologia. As
1231 sugestões de nomes também seriam recebidas por email. O conselheiro Brettas sugeriu que
1232 todos que fossem indicar alguém o fizesse antes da reunião. De pronto o senhor presidente
1233 passou ao **Item 12: Criação do Núcleo de Patrimônio Cultural**. O senhor presidente relatou a
1234 estrutura do Núcleo, dizendo que esta ficaria abaixo da PRPD nessa mesma perspectiva de que
1235 é um tema transversal ao ensino, pesquisa e extensão. Como as demais estruturas criadas, todas
1236 vêm com as atribuições e objetivos. Leu a proposta. Após algumas colocações por parte dos
1237 conselheiros, a proposta foi colocada em votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Sem
1238 mais a tratar, o senhor presidente agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião às dezenove
1239 horas e vinte minutos do que para constar, eu Roseméri Gomes Gonçalves,
1240 Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, foi
1241 igualmente assinada pelo senhor presidente.

Roseméri Gomes Gonçalves